



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (UnICEUB)**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS**

**KAESA QUADROS DA SILVA**

**O INSTITUTO DA GUARDA E SEUS REFLEXOS:  
A INFLUÊNCIA DO LAUDO PSICOLÓGICO NAS  
DECISÕES JUDICIAIS**

Brasília  
2013

**KAESA QUADROS DA SILVA**

**O INSTITUTO DA GUARDA E SEUS REFLEXOS:  
A INFLUÊNCIA DO LAUDO PSICOLÓGICO NAS  
DECISÕES JUDICIAIS**

Monografia apresentada como  
requisito parcial para conclusão do  
curso de bacharelado em Direito do  
Centro Universitário de Brasília –  
UnICEUB.

Orientação: Prof. Me. Ivan Cláudio  
Pereira Borges.

Brasília  
2013

**KAESA QUADROS DA SILVA**

**O INSTITUTO DA GUARDA E SEUS REFLEXOS:  
A INFLUÊNCIA DO LAUDO PSICOLÓGICO NAS  
DECISÕES JUDICIAIS**

Monografia apresentada como  
requisito parcial para conclusão do  
curso de bacharelado em Direito do  
Centro Universitário de Brasília –  
UniCEUB.

Orientação: Prof. Me. Ivan Cláudio  
Pereira Borges.

Brasília, 16 de outubro de 2013.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Ivan Cláudio Pereira Borges  
Orientador

---

Examinador(a)

---

Examinador(a)

Dedico esta pesquisa aos meus pais, Leandro e Maria Inês, em agradecimento pela oportunidade de estudo oferecido e pelo apoio incondicional direcionado a mim durante toda a graduação. Aos meus avós, tios, afilhados, padrinhos e amigos residentes no Rio Grande do Sul, pela compreensão quanto à minha ausência nos mais diversos momentos especiais de nossas vidas, devido à distância existente entre nós. E, finalmente, aos amigos brasilienses, pela acolhida e momentos de carinho e descontração.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço acima de tudo a Deus pela força engajada nesta longa jornada, reconhecendo que sem Ele nada disso seria possível.

Aos meus pais, presentes em todos os momentos da minha vida e que nunca me permitiram desistir dos sonhos. Em especial ao meu pai, pelos incansáveis momentos de ajuda na busca de materiais e revisão do trabalho como um todo.

À minha família, formada por parentes consanguíneos e pessoas escolhidas pelo coração, pelo carinho e apoio.

Agradeço aos meus professores, em especial ao meu orientador, que me instruíram a fim de me tornar uma profissional competente e me ensinaram a almejar sempre maior excelência na atuação jurídica.

Aos meus amigos, que me alegraram nos momentos mais difíceis, por meio de mensagens de motivação, demonstrações de afeto e visitas inesperadas.

“Determinação, coragem e autoconfiança são fatores decisivos para o sucesso. Se estamos possuídos por uma inabalável determinação, conseguiremos superá-las. Independentemente das circunstâncias, devemos ser sempre humildes, recatados e despidos de orgulho.”

(Dalai Lama)

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa monográfica é identificar a influência do laudo psicológico nas decisões judiciais, ou seja, verificar como os juízes aplicam (ou não) o resultado obtido por profissionais especializados em Psicologia em suas sentenças. Buscou-se desvendar como a Psicologia pode auxiliar o âmbito jurídico a prestar a jurisdição de maneira mais justa e individualizada, mesmo sendo campos de atuação de naturezas tão distintas. Para atingir o objetivo, foram investigados os recursos da psicologia jurídica, bem como da formação da convicção do magistrado e, ainda, jurisprudências que cite em sua fundamentação a sua relação com o laudo. No primeiro capítulo, mostrou-se como é realizado o trabalho psicológico no âmbito jurídico. No segundo, o foco já passou a ser a decisão judicial e a possível influência do laudo psicológico sobre ele. Por fim, essa análise da interferência da perícia psicológica na sentença é introduzida no contexto das ações de guarda e seus possíveis reflexos (abandono afetivo, alienação parental e abuso sexual). Foram utilizados métodos bibliográficos, por meio de artigos científicos, legislação vigente e análise jurisprudencial. Ao concluir, nota-se que os juízes aplicam com frequência o laudo psicológico nas suas decisões judiciais.

**Palavras-chave:** Decisão Judicial. Perícia Psicológica. Guarda. Abandono Afetivo. Síndrome da Alienação Parental. Abuso Sexual.

## SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO .....</b>	<b>8</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 A PSICOLOGIA JURÍDICA .....</b>	<b>11</b>
1.1 A atuação do psicólogo judiciário .....	14
1.2 A prova pericial psicológica .....	19
1.3 A elaboração do laudo psicológico e as respostas aos quesitos .....	23
<b>2 A PERÍCIA PSICOLÓGICA NA DECISÃO JUDICIAL .....</b>	<b>27</b>
2.1 A convicção do juiz .....	28
2.2 A decisão judicial .....	32
2.3 As implicações dos laudos psicológicos nas decisões judiciais .....	37
<b>3 A ALTERAÇÃO DO CONTEXTO SOCIAL E A AÇÃO DE GUARDA ....</b>	<b>43</b>
3.1 O instituto da guarda e suas modalidades .....	46
3.2 O instituto da guarda e a possibilidade do abandono afetivo .....	53
3.3 A guarda unilateral e a Síndrome de Alienação Parental .....	56
3.4 As possíveis relações entre a Síndrome da Alienação Parental e o abuso sexual de menor .....	61
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>



## INTRODUÇÃO

O trabalho aqui desenvolvido versa sobre a questão da interdisciplinaridade entre Psicologia e Direito, no que tange especificamente à possível interferência argumentativa do laudo psicológico sobre as razões de decidir do julgador. Pesquisa esta relevante porque casos complexos estão sendo levados ao Poder Judiciário e, muitas vezes, o julgador não tem conhecimento técnico sobre aquela área específica, necessitando assim de um perito que possa auxiliá-lo. Neste ínterim, salienta-se que o juiz é livre para valorar as provas e formar sua convicção. Sabe-se que o laudo psicológico é um meio de prova e deve-se tentar entender qual a sua importância. A fim de chegar a uma conclusão neste sentido, será utilizado o método bibliográfico, por meio de pesquisas jurisprudenciais, legais e científicas.

O primeiro capítulo evidencia a atuação do psicólogo na esfera do Poder Judiciário. A importância do profissional da ciência psicológica disponível a auxiliar o magistrado a entender o contexto em que o conflito foi gerado e a pôr fim ao processo, equilibrando seu convencimento entre normas legais e critérios subjetivos, foi desenvolvido de forma exaustiva. Além disso, a produção efetiva da prova pericial psicológica ganhou destaque, bem como a elaboração do laudo. Assim, pode-se observar que a Psicologia está inserida de forma significativa na esfera jurídica.

No segundo capítulo, o foco passa a ser a convicção e a racionalidade do juiz no sentido de entender como é feita a tomada de decisão judicial, que deverá ter justificativa jurídica, mas poderá ter influência psicológica. São apresentados alguns aspectos sobre a decisão judicial, sobretudo o princípio do livre convencimento motivado, que poderão nortear o julgador no desempenho do seu ofício. Ainda, será apresentada de forma ampla a possível interferência dos laudos psicológicos nas decisões judiciais.

Já o terceiro capítulo trata das mudanças sociais atuais, a quebra do paradigma da família tradicional e a consequente alteração das demandas entregues à apreciação nas Varas de Família. O instituto da guarda e a

aplicação de suas modalidades frente a separação conjugal dos pais. Traz, ainda, os possíveis reflexos da imposição da guarda unilateral na causa, a saber: abandono afetivo e Síndrome da Alienação Parental. Por fim, breves considerações quanto ao abuso sexual relacionado à alienação. Importante salientar que todos esses institutos foram desenvolvidos com ênfase na influência do laudo psicológico nas decisões judiciais, inclusive citando fundamentações de sentenças nas quais o juiz utilizou o laudo para formar sua convicção.

## 1 A PSICOLOGIA JURÍDICA

A Psicologia pode ser uma importante aliada para colaborar com o desvendar das características relevantes para um processo judicial, conforme demonstrado por Saidy Karolin Maciel (2002, p. 21), psicóloga, mestre, professora da UNISUL, perita e especialista em Psicoterapia Relacional Sistêmica, em sua tese de mestrado. Porém, ressalta a autora, a atuação forense e o desenvolvimento do trabalho clínico, que é o foco de ensino dos cursos de graduação, possuem diferenças significativas no desenvolvimento do ofício.

Diante da afirmação de que os cursos de graduação enfatizam a psicologia clínica e a ciência de que a psicologia jurídica é uma área atualmente em expansão, Maciel (2002, p. 47), autora supracitada, afirma que há inúmeras críticas à falta de preparo dos profissionais para atuarem neste âmbito. Sendo assim, é necessário que haja estreitamento nas relações das universidades com os especialistas forenses, propiciando interesse nos estudantes quanto a este assunto. Além disso, faz-se essencial a necessidade de investimento em técnicas e métodos a serem aplicados especificamente na esfera jurídica, com o propósito de formar uma Justiça mais eficaz.

Com relação à psicologia clínica, Maciel (2002, p. 21-22), especialista neste assunto, explica que o sujeito é quem busca a assistência do psicólogo para ser auxiliado a resolver alguma questão interna que esteja prejudicando sua vida. Daí se depreende que a pessoa vai colaborar com o trabalho do psicólogo sem questionar o motivo de estar sendo estudado, procurando juntamente com o profissional encontrar os interesses subjetivos de determinada situação. Além disso, observa a autora, ter-se-á tempo indeterminado para que haja uma análise profunda da dinâmica social e das relações interpessoais do sujeito de uma maneira geral e acompanhamento próximo dos resultados dos métodos empregados pelo psicólogo.

Maciel (2002, p. 21), esclarece, ainda, que na realização da perícia, o psicólogo vai tentar compreender questões específicas e limitadas pelos quesitos constantes do processo, que devem ser respondidos, e fatos trazidos a juízo pelas partes, buscando interações que tenham vinculação

direta com o sistema jurídico. Neste mesmo íterim, ao examinar o sujeito, o psicólogo não estará preocupado primariamente com sua visão sobre o problema, mas sim em como outros fatores podem interferir na vida da pessoa para que seja solucionada a questão, bem como o que possa ter gerado tal conflito.

Outra questão abordada por Maciel (2002, p. 21-22) diz respeito à possibilidade de encontrar indivíduos não cooperativos para serem avaliados, isto porque são obrigados a passar pelos testes psicológicos e sociais, se querem realmente ver o desfecho de suas ações judiciais. Por este mesmo motivo, a pessoa que será submetida ao exame psicológico pode desenvolver mecanismo de defesa e tentar distorcer a realidade, além de influenciar nos depoimentos solicitados pelo psicólogo às pessoas que estão a sua volta e, com isso, gerar conclusão desvirtuada dos fatos reais.

Por fim, com relação à realização da perícia psicológica judicial, Maciel (2002, p. 22) viabiliza o entendimento de que o psicólogo forense, na maioria dos casos, não é visto pelas partes como uma pessoa que pode os auxiliar na resolução dos seus próprios conflitos; muito pelo contrário, se vêem diante de um estranho que aplicará técnicas desconhecidas para ajudar a decidir o futuro deles. Isso sem contar, ressalta a autora, a restrita pauta e tempo para que os psicólogos jurídicos possam desempenhar seu ofício e obter conclusões fidedignas com a realidade.

A função da psicologia jurídica pode ser desempenhada por três principais membros, segundo Denise Maria Perissini da Silva (2003c, p. 10), membro, representante brasileira e diretora acadêmica da Asociación Latinoamericana de Psicología Jurídica y Forense e também membro da ABPJ – Associação Brasileira de Psicologia Jurídica, psicóloga clínica, além de assistente técnica jurídica civil e mediadora familiar, dentre outras atividades. O psicólogo forense é o especialista em analisar situações comportamentais no âmbito criminal, atuando tanto com relação a crimes como a atos infracionais. Há, também, o psicólogo jurídico que pode ser tanto o perito quanto o assistente técnico que trabalha diretamente com os casos que envolvem crises familiares levadas ao Poder Judiciário, quer seja em Varas de Família, quer

seja em Varas da Infância e da Juventude. E, ainda, o psicólogo judiciário que é aquele que basicamente opera dentro do sistema judiciário.

Silva (2003c, p. 3) conceitua a psicologia judicial como sendo um meio de prova pericial, em que um sujeito com conhecimento técnico sobre o comportamento humano busca elucidar os interesses e motivações subjetivas por trás de determinada ação judicial. Nada mais é, segundo a autora, que um exame de fatores e perspectivas pessoais, que ao serem relacionados, podem explicar o que gerou o conflito descrito na lide e apontar possíveis soluções para a crise em questão.

Apesar de ser uma área relativamente nova e sem instrumentos próprios, segundo entendimento de Silva (2003c, p. 10), a importância da psicologia judiciária está cada vez mais acentuada, em especial em algumas esferas jurídicas. Isto se dá porque, na visão da referida autora, a ideia de interdisciplinariedade entre Psicologia e Direito consegue, muitas vezes, humanizar o Judiciário e encontrar um ponto de equilíbrio entre o discurso racional e o discurso afetivo, a fim de gerar uma maior satisfação e sensação de justiça nas partes envolvidas no litígio.

Cumpra esclarecer que o papel do psicólogo, ainda conforme explicações de Silva (2003c, p. 39), ao exercer a função de perito ou de assistente técnico, é analisar os participantes de uma demanda judicial de forma abrangente, observando as pessoas envolvidas em suas integralidades, bem como suas relações familiares, profissionais, sociais e suas personalidades. Raciocínio importante porque estes são fatores responsáveis pelo desenvolvimento do ser humano e, dependendo da circunstância fática, tanto a explicação como a solução para determinado litígio pode ser encontrada neste estudo.

Silva (2003c, p. 46-47) aponta uma tendência inovadora de trabalho a ser desenvolvido nas Varas de Família, na qual deveria haver trabalhos interventivos de profissionais não jurídicos, como psicólogos e assistentes sociais, na tentativa de resolução de conflitos pelos membros da própria família que buscou o Judiciário para ter seu direito tutelado. Este projeto

deve ser visto como incentivo pessoal de resolução de conflitos e poderia ser realizado, inclusive, no período em que o psicólogo estivesse desenvolvendo a técnica pericial, pois haveria possibilidade de as pessoas compreenderem seus próprios receios e limitações, podendo recuperar o controle emocional para resolverem seus destinos sozinhas. Desta forma, dispensariam a necessidade de o juiz decidir por elas.

### **1.1 A atuação do psicólogo judiciário**

Para Paula Dias M. Penna, pós-graduanda em Clínica Psicanalítica na atualidade: contribuições de Freud a Lacan pela PUC-MG (2011), o psicólogo destinado a trabalhar na esfera que envolva o Poder Judiciário como um todo, em especial no âmbito familiar, deverá ter conhecimento técnico, segurança e experiência para escolher os métodos certos a serem aplicados em situações específicas. Afinal, tanto na Psicologia, quanto no Direito deverá ser observado e respeitado o caso a caso e os trabalhos não podem ser conduzidos de maneira padrão para situações completamente diferentes.

Além disso, Enézio de Deus, advogado e membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família, diz que nos últimos anos o conceito de família vem sofrendo considerável mutação, bem como seu contexto vem se tornando cada vez mais complexo. Essas alterações sociais começam pela Constituição Federal de 1988, que deixou de apresentar uma visão restritiva de família, constituída apenas pelo casamento, para dar lugar a um pensamento mais amplo, incluindo a união estável e os novos tipos de famílias criadas pela evolução social. Hoje em dia, a família é vista como “a base da sociedade e, por isto, merecedora de plena e especial proteção do Estado” (DEUS, 2009). Desta forma, permite o entendimento de que o psicólogo deve estar sempre se atualizando e trocando ideias com outros profissionais da área para executar o ofício com excelência, afinal a sociedade é dinâmica e está em constante evolução.

Vale salientar, ainda, que a mudança na legislação no que diz respeito a esse novo paradigma de família convivente em nossa sociedade é a grande responsável pelo aumento significativo das áreas de abrangência do

estudo da Psicologia dentro do âmbito jurídico. Afinal, questões referentes ao sujeito, bem como às suas relações podem ser depreendidas pelo psicólogo, que posteriormente oferecerá subsídios para a atuação do juiz, segundo Penna (2011).

No Código de Processo Civil brasileiro, conforme descreve Penna (2011), estão previstas as hipóteses de escolha do perito, bem como das impossibilidades de sua atuação em determinado processo. Está consignado no diploma legal que o perito deverá ser profissional de nível universitário, livremente escolhido pelo juiz e cadastrado no órgão de classe competente, neste caso, o Conselho Regional de Psicologia. Não poderá atuar aquele profissional que, em linhas gerais, for parte ou testemunha na demanda, participar da direção de pessoa jurídica envolvida na ação ou tiver qualquer laço consanguíneo ou de afinidade seja com uma das partes, seja com o advogado de qualquer delas.

De acordo com Penna (2011), o Conselho Federal de Psicologia determina as atribuições profissionais do psicólogo no Brasil, mais especificamente, do trabalho do psicólogo jurídico, alinhado com o Catálogo Brasileiro de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego. Faz parte da atividade do profissional de psicologia atender questões judiciais junto a várias esferas, com destaque para a Vara de Família, e elaborar laudos, pareceres e perícias a serem anexados ao processo. Dentre outras funções, avaliará as condições intelectuais e emocionais de crianças, adolescentes e adultos em conexão com processos jurídicos como abaixo definido:

“Atua no âmbito da Justiça, colaborando no planejamento e execução de políticas de cidadania, direitos humanos e prevenção da violência, centrando sua atuação na orientação do dado psicológico repassando não só para os juristas como também aos indivíduos que carecem de tal intervenção, para possibilitar a avaliação das características de personalidade e fornecer subsídios ao processo judicial, além de contribuir para a formulação, revisão e interpretação das leis; avalia as condições intelectuais e emocionais de crianças, adolescentes e adultos em conexão com processos jurídicos, seja por deficiência mental e insanidade, testamentos contestados, aceitação em lares adotivos, posse e guarda de crianças, aplicando métodos e técnicas psicológicas e/ou de psicometria para determinar a responsabilidade legal por atos criminosos; atua como perito judicial nas varas cíveis, criminais,

Justiça do Trabalho, da família, da criança e do adolescente, elaborando laudos, pareceres e perícias para serem anexados aos processos, a fim de realizar atendimento e orientação a crianças, adolescentes, detentos e seus familiares; orienta a administração e os colegiados do sistema penitenciário sob o ponto de vista psicológico, usando métodos e técnicas adequados, para estabelecer tarefas educativas e profissionais que os internos possam exercer nos estabelecimentos penais; realiza atendimento psicológico a indivíduos que buscam a Vara de Família, fazendo diagnósticos e usando terapêuticas próprias, para organizar e resolver questões levantadas; participa de audiência, prestando informações, para esclarecer aspectos técnicos em psicologia a leigos ou leitores do trabalho pericial psicológico; atua em pesquisas e programas socioeducativos e de prevenção à violência, construindo ou adaptando instrumentos de investigação psicológica, para atender às necessidades de crianças e adolescentes em situação de risco, abandonados ou infratores; elabora petições sempre que solicitar alguma providência; necessidade de comunicar-se com o juiz durante a execução de perícias, para serem juntadas aos processos; realiza avaliação das características da personalidade, através de triagem psicológica, avaliação de periculosidade e outros exames psicológicos no sistema penitenciário, para os casos de pedidos de benefícios, tais como transferência para estabelecimento semiaberto, livramento condicional e/ou outros semelhantes.” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1992).

Já o Código de Ética do Psicólogo, segundo Penna (2011), destaca em seu art. 1º, alínea “b” que o profissional poderá deixar de realizar determinada perícia, caso não esteja capacitado pessoal, teórica ou tecnicamente. Porém se, mesmo não tendo qualificação, atuar na perícia de determinada causa, assumirá a responsabilidade pelas conclusões do trabalho desempenhado, de acordo com o Conselho Federal de Psicologia:

“Art. 1º São deveres fundamentais dos psicólogos:

b) Assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente.” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005).

Ainda no Código de Ética, está previsto o sigilo profissional do psicólogo, com a ressalva de poder ser quebrado, quando este julgar que assim haverá menor prejuízo ao seu paciente. Porém, afirma Penna (2011), o psicólogo jurídico elaborará laudo que será, posteriormente, juntando aos autos e tanto o juiz, quanto às partes terão acesso às conclusões da perícia, além de o psicólogo perito poder ser intimado a comparecer à audiência de instrução e julgamento para esclarecer possíveis pontos não precisos, entende-se que o seu sigilo profissional fica prejudicado. Porém, ainda assim,



o princípio do sigilo deverá ser observado no sentido que de só deverão ser apresentados, tanto no laudo quanto na audiência, aspectos realmente relevantes ao processo ou que tenham ligação com a questão litigiosa, devendo desconsiderar o que foi observado, mas não tenha relação intrínseca com a ação.

“Art. 9º - É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional.” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005).

Maciel (2002, p.92) nos lembra de que o psicólogo jurídico tem que saber exatamente qual o seu papel no exercício da função pericial, uma vez que seu trabalho desenvolvido de forma a extrapolar seu encargo ou não atender àquilo que lhe foi solicitado pode implicar na impugnação ou discussão do laudo. Caso ocorra, lembra a autora, gerará inconvenientes para as pessoas envolvidas no caso litigioso, levando maior morosidade à prestação jurisdicional, gerando desconforto entre as partes e podendo causar ainda mais desgastes nas relações interpessoais dependentes deste estudo.

Cabe ao psicólogo solicitado para atuar nas perícias com natureza familiar ser imparcial e conduzir a realização do seu trabalho de maneira a não tomar lado de nenhuma das partes. Além disso, deverá dirigir a perícia a fim de obter somente as informações necessárias para concluir seu trabalho, de acordo com o que lhe foi pedido. (SILVA, 2003a).

Segundo as psicólogas, Liana Fortunato Costa, doutora em psicologia clínica pela Universidade de São Paulo, Maria Aparecida Penso, doutora em psicologia clínica pela Universidade de Brasília, Viviane Neves Legnani, doutora em psicologia pela Universidade de Brasília, e Maria Fátima Olivier Sudbrack, doutora em psicologia pela Universidade de Paris XIII (2009, v. 21, n.2, p. 236), os casos de separação e divórcio destrutivos, que consiste em uma separação conjugal com grandes disputas e expressões de violência, contando com a possibilidade de acordo somente no contexto judicial, os adultos são sujeitos capazes de decidirem o que acreditam ser o melhor para suas vidas, mas os filhos não possuem a mesma prerrogativa, arcando com

as consequências possivelmente traumáticas resultantes da escolha dos pais que devem ser avaliadas pela perícia psicológica.

Ainda nesta alçada, Costa, Penso, Legnani e Sudbrack (2009, v. 21, n.2, p. 240) esclarecem que em alguns casos a morosidade do processo é necessária, com a intenção de haver uma decisão judicial justa causando o menor impacto possível na vida da criança e adolescente ou até mesmo do adulto. Contudo, nem sempre alcançam os resultados desejáveis já que o processo jurisdicional trabalha com prazos e tempos determinados, limitando a atuação do perito técnico.

Para Danielle Goldrajch, Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2005), a interação da criança com os genitores deverá ser verificada pelo psicólogo atuando no sentido de promover entrevistas conjuntas e observar a relação do menor com cada um, tanto no sentido verbal, quanto comportamental, destacando atitudes carinhosas ou hostis apresentadas pelo mesmo. Por meio deste tipo de estudo poderá avaliar como está a reação do filho quanto à separação conjugal, a dinâmica familiar após o rompimento e concluir qual o melhor meio de resolver a situação, causando o menor trauma possível no desenvolvimento do menor.

Márcia Regina Ribeiro dos Santos, Psicóloga no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e Liana Fortunato Costa, doutora em psicologia clínica pela Universidade de São Paulo notam que o trabalho do psicólogo jurídico não é simples, afinal as questões interpessoais e individuais que terão que desvendar, normalmente já chegam até seu conhecimento recheadas de mágoas e atritos. Se não fosse assim, salientam, aquele núcleo familiar não precisaria buscar a tutela do Poder Judiciário para resolver seu conflito. Como se não bastasse, chamam atenção para o fato de que a história familiar é dinâmica e, muitas vezes, entre o ajuizamento da ação e o encaminhamento do processo para o estudo psicossocial, a situação narrada nos autos e as observações realizadas durante a perícia psicológica não possuem qualquer semelhança; ou pior, mesmo decorrido lapso temporal

considerável, os membros da família continuam se aborrecendo com os mesmos fatos. (SANTOS, M.; COSTA, 2007, p. 112).

Silva (2003c, p. 17) destaca, o fato de que os sujeitos da demanda ficam tão envolvidos com suas pretensões pessoais, tão ligados à expectativa do juiz determinar quem está com a razão e tão esperançosos na possibilidade de se consagrarem vencedores do processo que não valorizam o estudo psicossocial. Entende, assim, que as partes, muitas vezes, enxergam as entrevistas e as conclusões do trabalho do psicólogo como mera burocracia que tem o objetivo de atrasar ainda mais a resolução de seus conflitos, quando deveriam, na verdade, buscar apoio nesta área a fim de resolver questões internas e decidir o problema por si só.

## **1.2 A prova pericial psicológica**

Por não conseguir ser onipresente e não ter conhecimento técnico para captar adversidades internas do indivíduo e da própria dinâmica familiar, o magistrado poderá recorrer à prova pericial, na perspectiva de Penna (2011), a ser realizada por meio de psicólogo neste caso. O objetivo é que este possa realizar seu ofício e apresentar nos autos elementos específicos, coletados a partir de métodos próprios da ciência psicológica. Afinal, o juiz não tem condições de acompanhar de perto cada caso levado à Vara em que esteja lotado e, com isso, tem o auxílio de profissionais especialistas em outras áreas de atuação, como prevê o Código de Processo Civil, em seu artigo 139:

“Art. 139. São auxiliares do juízo, além de outros, cujas atribuições são determinadas pelas normas de organização judiciária, o escrivão, o oficial de justiça, o perito, o depositário, o administrador e o intérprete.” (BRASIL, 1973)

Para Márcia Santos e Costa (2007, p. 121), ao deferir o pedido de prova pericial ou determiná-la de ofício, o juiz deverá levar em consideração o tempo que o processo ficará disponível para a análise psicológica, bem como os desgastes que isto pode trazer para a dinâmica familiar e a probabilidade deste meio de prova influenciar ou não a sua decisão. Neste

sentido, acreditam os autores, ser impossível desconsiderar o fato de que o magistrado deverá balancear os fatores morosidade e expectativa das partes em ver seu conflito resolvido.

Sabe-se que todos os meios necessários e possíveis podem ser utilizados para a realização de uma prova pericial, de maneira geral. O próprio Código de Processo Civil determina, em seu artigo 429, que podem ser utilizadas testemunhas, informações, fotografias, desenhos e qualquer outro tipo de documento a fim de que se possa buscar a verdade por meio de perícia (SILVA, 2003c, p. 13) *In verbis*:

“Art. 429. Para o desempenho de sua função, podem o perito e os assistentes técnicos utilizar-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder de parte ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com plantas, desenhos, fotografias e outras quaisquer peças.” (BRASIL, 1973)

Este meio de prova, conforme relata José César Coimbra (2004, p.5), Mestre em Teoria Psicanalítica/UFRJ, gera uma expectativa tanto no profissional que está realizando o estudo psicológico, como no destinatário final da produção probatória. Inclusive esta expectativa já foi tema de estudo de Rizzini (1993) e do Estatuto da Criança e do Adolescente, que em seu art. 167 trata de perícia por equipe interprofissional. Em relação ao juiz, diz Coimbra, a quem se dirige a conclusão do laudo, origina anseios de que a perícia seja conduzida de modo a atender a finalidade a qual se destina e demonstre ser um real instrumento que possa influenciar na decisão judicial. Merece relevância, também, a expectativa do psicólogo judiciário que é fornecer subsídios importantes para a elucidação do caso concreto, que seja entendido na sua totalidade e utilizado de fato pelo juiz no que tange à motivação do julgamento.

Como em toda perícia, segundo Roberto Evangelista (2000, p. 51), Diretor da área de saúde do Ministério Público do Estado de São Paulo e Mestre em Psicologia Clínica pela USP, a produção do estudo psicológico será determinada pelo juiz de ofício ou a requerimento das partes, quando julgar necessário. Mantém-se, também, a possibilidade de indicação de

assistentes técnicos, que têm o direito de acompanhar as diligências efetivadas pelo perito. Ao final dos trabalhos, o perito elabora o laudo e os assistentes técnicos os pareceres, contendo suas conclusões, que serão juntados aos autos e ficarão à disposição para análise do juiz.

Com relação aos assistentes técnicos, especificamente no que diz respeito à perícia psicológica, Silva (2007) destaca que pode ser que atrapalhem o trabalho do perito. Isto porque uma terceira pessoa presente, ainda mais se for indicação da parte contrária, pode inibir a pessoa que está sendo “estudada” e prejudicar o desfecho da perícia. Além disso, as técnicas utilizadas em determinado sujeito são sigilosas e, caso sejam aplicadas mais de uma vez, podem condicionar as respostas da pessoa na segunda oportunidade, visto que ela já terá conhecimento sobre instruções e finalidades daquele meio de pesquisa, tornando prejudicado o resultado.

A perícia psicológica é dividida em três fases, são elas: estudo, diagnóstico e laudo. O estudo refere-se aos procedimentos empregados para coletar dados sobre a questão que está sendo discutida no processo. Já o momento da análise, a fim de compreender aquilo que foi captado anteriormente, chama-se diagnóstico. E, por fim, há o laudo, ou seja, o documento escrito elaborado pelo perito a fim de que sua opinião técnica, embasada em conhecimento científico e aplicável ao caso concreto, é explicitada nos autos com o objetivo de colaborar com a convicção do juiz. (SILVA, 2003c, p. 16).

Maciel (2002, p. 53) descreve que os métodos mais utilizados pelos psicólogos forenses, num primeiro momento, abrangem a entrevista psicológica e testes projetivos e gráficos, que tem suas peculiaridades dentro do ramo da psicologia. Para o Direito importa a característica geral desses métodos, que é o fato de serem de rápida aplicação, não dependerem de alto custo financeiro e resultarem numa fácil análise para obtenção de conclusões. Caso sejam necessários estudos complementares ou esteja sendo realizada segunda perícia, a fim de esclarecer questões específicas não abordadas na primeira, as técnicas utilizadas serão de grande complexidade.

Coube a Coimbra (2004, p. 6) afirmar que a entrevista psicológica merece total destaque, visto que é instrumento do estudo por excelência, pois alcança objetivamente questões relativas à personalidade e apresenta com precisão o diagnóstico da situação concreta. Além disso, ressalta que os resultados apresentados são formados pelos dados colhidos por intermédio de métodos específicos, complementados pela análise do comportamento não-verbal do indivíduo e a situação do meio em que o mesmo está inserido. Informações, que em conjunto poderão ajudar nas respostas aos quesitos.

Lembra Maciel (2002, p.92) que a organização dos métodos a serem utilizados pelos psicólogos é de substancial importância para as partes, juiz e possíveis assistentes técnicos. Antes de iniciar os trabalhos, o profissional deverá determinar datas e horários em que pretenda submeter os sujeitos às técnicas psicológicas por si escolhidas. Além disso, diz que deverá informar com antecedência, exatamente, quem deverá comparecer ao local e em qual consulta pré-agendada, com a intenção de não haver a necessidade de remarcações, não colaborando para a ocorrência de nenhum tipo de situação desagradável ou encontros indesejáveis. Destaca então, mais uma vez, a função do psicólogo judiciário como sujeito ativo resolvendo a situação conflituosa, ao invés de contribuir com mais subsídios para piorar a relação entre os indivíduos.

Acrescenta ainda, o referido autor (COIMBRA, 2004, p. 7), com relação ao tempo de espera entre o início do procedimento e a conclusão da avaliação, que ocorre porque a quantidade de profissionais capacitados para proceder com este tipo de estudo é restrita e a demanda está em expansão. Além disso, exames psicológicos demandam certo lapso temporal para que haja resultados significativos e se possa chegar a uma melhor solução para terminar com a demanda.

Observa-se, porém, que às vezes essa morosidade é necessária para que se encontre o equilíbrio emocional dos envolvidos a fim de que se tenha uma solução justa. Neste sentido, pode auxiliar as partes a refletirem sobre questões que podem fazer a diferença após a prolação da sentença. Durante os exames psicológicos, o profissional competente poderá: “realizar

intervenções capazes de transformar os divórcios destrutivos em separações conjugais; brigas em acordos; disputas de guarda em compartilhamento do cuidado e proteção das crianças; cônjuges em paz capazes de conversar sobre o bem-estar dos filhos”. (COSTA; PENSO; LEGNANI; SUDBRACK, 2009, p. 240)

### **1.3 A elaboração do laudo psicológico e as respostas aos quesitos**

Maciel (2002, p. 23-24) entende que a efetivação da perícia psicológica de maneira prática requer a observação de alguns momentos básicos para sua realização, porém cumpre ressaltar que cada situação merece ser vista com suas especificidades. No que diz respeito às regras gerais, quando é solicitada a perícia psicológica, a primeira coisa que deve ser feita pelo profissional designado para sua produção é a leitura dos autos, a fim de tomar conhecimento dos fatos e verificar se tem capacidade técnica para assumir a responsabilidade pela conclusão do estudo, bem como a disponibilidade e honorários.

Posteriormente, Maciel (2002, p. 24) diz que o psicólogo deverá organizar o expediente no que tange ao material que será utilizado para desenvolver seu trabalho e o momento em que os métodos serão aplicados aos sujeitos. Há, ainda, a coleta efetiva dos dados que deverá considerar métodos, com estudos pré-existentes de validade científica quanto aos resultados obtidos através do mesmo e focar nos quesitos apresentados no processo. Verifica-se, então, se o material coletado é suficiente e adota-se uma estratégia, a fim de analisar os fatos controvertidos com o contexto real depreendido dos exames realizados para a prova pericial. Por fim, conclui a autora, temos a confecção do laudo, em que o psicólogo demonstra as conclusões do seu trabalho, respondendo os quesitos constantes no processo e podendo sugerir ao juiz qual hipótese considera melhor para resolver a lide em questão, sem decidir a causa.

Os quesitos são perguntas elaboradas no bojo de um processo judicial, que poderão ser apresentados pelas partes ou pelo juiz, a ponto de esclarecer pontos obscuros na relação interpessoal constante na demanda.

Contudo, não são meras perguntas, os quesitos possuem algumas particularidades que merecem destaque, a saber: não podem corresponder a dúvidas sobre meras hipóteses ou sugestões, ou seja, deverão ser perguntas que tenham relação direta com o fato a ser periciado e devem ser apresentados de maneira objetiva e de entendimento claro, não suportando interpretações ambíguas. Além disso, em regra, devem obedecer aos critérios técnico-científicos por se tratar de comunicação oficial entre o juízo que solicitou a perícia e o órgão psicossocial do respectivo Tribunal, segundo Maciel (2002, p. 50).

Ainda conforme entendimento de Maciel (2002, p. 25), esses quesitos serão respondidos e fundamentados em um documento formal, considerado meio de prova para o Poder Judiciário, chamado laudo pericial. Laudo é conceituado como sendo a demonstração, na forma escrita, das conclusões referentes ao estudo de determinada área específica que tenha objeto determinado. Já o laudo pericial supracitado, possui algumas prerrogativas próprias que complementam a simples conceituação de laudo.

Maciel (2002, p. 50) faz uma observação importante. Muitas vezes os quesitos apresentados pelas partes, por meio de seus advogados obedecem a um padrão linear e nem sempre possuem ligação com a demanda. Por vezes, quando o perito não consegue encontrar relação entre o quesito e o caso concreto, responde com a expressão “prejudicado”, visto que não é possível observar por meio daquela perícia o que foi solicitado pelas partes. A autora chega à conclusão de que os advogados vêem o estudo psicológico como mera burocracia, não importando para a resolução efetiva da situação, ou acreditando que pode ser um meio que vá acirrar ainda mais a situação conflituosa. Ainda há de ser considerada a hipótese de os advogados agirem desta forma com o objetivo de confundir o psicólogo judiciário e induzi-lo a elaborar laudo com lacunas, o que pode oportunizar a impugnação do laudo, quando conveniente aos interesses do seu cliente.

Caso haja desconfiança fundamentada do laudo pericial, por erro na utilização dos métodos ou omissões referentes aos quesitos que deveriam ser respondidos pelo perito, pode ser determinada a realização de uma



segunda perícia, conforme Silva (2003c, p. 20-25). Inclusive, o Código de Processo Civil prevê essa possibilidade em seu artigo 437 (e seguintes) e esclarece que a segunda perícia não tem o condão de substituir a primeira, mas sim de desvendar qualquer ponto que tenha ficado obscuro na anterior e ambas devem constar nos autos. *In verbis*:

“Art. 437. O juiz poderá determinar, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida.” (BRASIL, 1973)

Sendo assim, Silva (2003c, p. 20) evidenciando quando o juiz entende que o laudo psicológico não atingiu o fim ao qual se destina, revelando questões omissas, ambíguas ou incapazes de elucidar os pontos obscuros do caso concreto, poderá solicitar a realização de uma segunda perícia.

Ainda segundo Silva (2003c, p. 21), quanto à valoração do laudo psicológico derivado da segunda perícia, cumpre esclarecer que não é seu objetivo substituir o primeiro, mas sim explicar melhor as questões não detalhadas anteriormente. Sendo assim, ambos serão juntados aos autos e estarão disponíveis para fundamentar a decisão do magistrado, conforme exposto no parágrafo único do artigo 439 do Código de Processo Civil (grifo nosso):

“Art. 439. A segunda perícia rege-se pelas disposições estabelecidas para a primeira.  
Parágrafo único. A segunda perícia não substitui a primeira, **cabendo ao juiz apreciar livremente** o valor de uma e outra.” (BRASIL, 1973)

Maciel (2002, p. 25) relata que o laudo pericial psicológico é uma importante peça processual que demonstra o resultado dos exames realizados por psicólogos peritos, que detém a confiança do juízo. Neste documento são apresentadas as impressões técnicas mais significativas e que possuam relevâncias para o caso concreto, contendo as informações organizadas e vocabulário científico inteligível a fim de demonstrar as conclusões do perito e responder aos quesitos legais exigidos, de forma que possa ser compreendido pelo juiz e permita a ele decidir de que forma fará a valoração do laudo.

Deve estar presente no laudo pericial psicológico a identificação dos sujeitos submetidos aos métodos avaliativos, bem como o período em que foi realizado o exame, o objetivo da perícia, os métodos utilizados durante os procedimentos, demonstração dos resultados, conclusão e identificação do psicólogo. Porém, mais importante que isto para Maciel (2002, p. 27) é a coerência interna que deve estar presente entre a forma e o conteúdo do laudo, que satisfaçam a pretensão do juízo em identificar relação entre as técnicas aplicadas e a situação real de atuação, com respostas objetivas e claras.

Como resultado de estudo técnico-científico, o laudo deverá demonstrar a conclusão do perito, bem como os motivos que o levaram a tal entendimento, de acordo com Maciel (2002, p. 57). Contudo, resta deixar claro, o psicólogo não irá determinar qual a melhor solução para o caso, pois esta é uma prerrogativa do juiz. O psicólogo judiciário vai, então, apresentar indícios e referências daquilo que foi coletado por meio de seu estudo de forma que o juiz não precise interpretar o laudo, mas que possa desenvolver um raciocínio lógico capaz de influenciar na sua tomada de decisão.

## **2 A PERÍCIA PSICOLÓGICA NA DECISÃO JUDICIAL**

A perícia psicológica pode demonstrar sua eficácia ao cumprir seu objetivo de expressar resposta a uma questão litigiosa sem a qual não é possível resolver a lide. Neste caso, ressalta Penna (2011), há possibilidade de vir a apresentar avaliações sobre possíveis eventos traumáticos, evidenciando as consequências no que diz respeito aos sintomas emocionais e seus fatos geradores são de total relevância. Além disso, pode oferecer soluções que levem ao menor impacto sentimental para as pessoas envolvidas no processo.

Já Silva (2003a) salienta que, quando precedidas de perícia psicológica, as decisões dos magistrados tendem a ser mais justas e humanas, pois pressupõe as características individuais de determinado grupo familiar. Especificamente, com relação aos casos de conflitos familiares, Granjeiro e Costa (2008) evidenciam que os julgadores devem estar mais preocupados com a função social que podem exercer em seus cargos do que com o positivismo e a lei vazia de real significado.

Caso envolva crianças, a perspicácia do psicólogo ao realizar prova pericial é colocada ainda mais à prova, pois os menores são suscetíveis à manipulação emocional por parte dos adultos. Maciel (2002, p. 71-79) revela que esta circunstância pode ocorrer por meio de chantagem baseada no estado sentimental de um dos genitores ou através de presentes e promessas para que o menor prefira a companhia do guardião e despreze a visita do genitor descontínuo. Assim, apresenta-se mais um tipo de conflito familiar, que deverá ser solucionado pelos juízes das Varas de Família. Contudo, não parece fácil para o magistrado perceber quando o menor está optando por determinada situação por vontade própria ou por pressão, por isso faz-se necessária a atuação psicológica.

## 2.1 A convicção do juiz

Segundo Luiz Guilherme Marinoni, doutor em direito processual civil pela Pontifícia Universidade Católica/SP, e Sérgio Cruz Arenhart, pós-doutor pela Università degli Studi di Firenze, Procurador da República e professor universitário (2011, p. 459), o juiz, no curso da análise do processo, busca formar sua convicção sobre os fatos alegados pelas partes para tentar resolver o caso trazido à tutela jurisdicional. Para isso, ele assume que busca uma verdade processual, isto é, tem consciência de que existe a possibilidade das provas apresentadas nos autos não corresponderem exatamente ao que aconteceu no mundo real. Neste sentido, para formar a convicção, o juiz deve considerar que é limitado pelos fatos e provas constantes da demanda.

Walter Vechiato Júnior (2002, p. 302), pós-graduado em direito civil pela Universidade Braz Cubas, salienta que a participação das partes na produção das provas é imprescindível para o convencimento judicial, visto que ninguém melhor que aqueles envolvidos na situação real para indicar a forma mais eficiente de provar o que aconteceu. Contudo, caso o magistrado entenda que as provas trazidas aos autos não são suficientes para que haja convencimento, poderá atuar de forma supletiva e solicitar a produção de prova específica que considere importante para que a resolução do processo seja idônea. Se ainda assim não se convencer dos fatos trazidos pelo autor, julgará o pedido improcedente por inobservância da regra do ônus da prova, que reflete a máxima “quem alega, deve provar”. Sendo assim, o juiz não poderá deixar de sentenciar alegando não estar convicto da sua posição quanto à situação apresentada.

Cumprе destacar que, para julgar o mérito, o juiz até pode abrir mão da verdade real em detrimento da verdade processual trazida aos autos, até porque seria ingenuidade afirmar que há apenas uma verdade, quando na verdade existem inúmeras versões sobre o fato; porém, não poderá esquivar-se de estar convencido para prolatar sua decisão. Cada uma das partes traz aos autos a interpretação dada por si própria à situação real e o juiz acaba sendo obrigado a criar também a sua versão, baseada na verdade construída

no processo por meio das provas, de acordo com Marinoni e Arenhart (2011, p. 482).

Assim sendo, por meio de cada processo em trâmite na Vara de Família em que atue o juiz, este terá acesso aos fatos narrados pelas partes e ao conjunto probatório juntado aos autos. Com efeito, buscará a verdade e utilizará seus conhecimentos técnicos para tomar a decisão que entenda mais benéfica e justa para finalizar a lide, segundo Márcia Santos e Costa (2007, p. 121).

Contudo, Vechiato Júnior (2002, p. 303) lembra que não basta o juiz buscar a verdade processual e convencer-se daquela versão final para que profira sua decisão, ele deverá também fundamentar o porquê da opção de resolver a lide daquela maneira. A motivação é o que legitima a decisão do juiz, que deve explicar tanto a convicção, quanto à decisão.

Motivar não é apenas fundamentar a decisão com justificativas que convirjam com a hipótese da parte vencedora, apesar de esta ser a prática comum. Isto quer dizer que as provas utilizadas pelo magistrado como pontos positivos formam sua convicção devendo ser apresentadas, bem como as provas que não colaboraram para convencê-lo merecem justificativas. Nota-se que há inclusive um caráter psicológico quando o magistrado motiva as provas que não alcançaram o objetivo de convencê-lo. Afinal é a parte perdedora que, inconformada, irá buscar explicações na fundamentação da sentença, além de ser esta a legitimada a interpor recurso, caso queira. Fica claro, então, que esperasse do juiz sua fundamentação, evidenciando como se deu a valoração das provas. (MARINONI; ARENHART, 2011, p. 470-471).

Com muita propriedade, Marinoni e Arenhart (2011, p. 473) lembram que o momento em que o juiz analisa as provas para tomar sua decisão passa por três diferentes estágios, a saber: raciocínio probatório, decisão e justificação. Ao ter o conjunto probatório completo nos autos, o primeiro ato do magistrado será raciocinar em cima dos fatos e das provas trazidas pelas partes e/ou produzidas de ofício, objetivando verificar qual versão apresentada faz mais sentido, segundo as provas. Portanto, o juiz faz um

juízo de valor em cada prova, comparando se esta tem ligação com os fatos controvertidos e se é relevante para a formação de sua convicção. Feito isso, o magistrado pode estar imediatamente pronto a decidir (ou não). Caso esteja convencido, chega-se à fase do raciocínio decisório, que nada mais é que proferir a decisão tomada no momento em que valorou as provas e gerou seu convencimento. E por fim, basta justificar, ou melhor, explicitar os raciocínios anteriormente concebidos clarificando as razões de convencimento e decisão.

Vechiato Júnior (2002, p. 104-106) descreve o momento do raciocínio probatório, pois existe a necessidade de um adendo a ser feito no que diz respeito à idoneidade da prova. O juiz, inicialmente, deverá analisar cada prova individualmente para poder verificar se ela é idônea e presta-se ao papel a que veio desempenhar; isto significa que a prova não deve conter vícios, assim como não pode possuir, no seu próprio bojo, contradições. Se passar por este primeiro crivo, a prova será valorada para verificar se é condizente com os fatos alegados e, só então, serão valoradas todas as provas em conjunto para formar o convencimento do juiz. É importante esclarecer que a valoração dada de maneira individual à determinada prova, não necessariamente será mantida quando confrontada com outras, numa análise geral relacionada ao quadro probante completo constante do processo.

Ainda assim, Marinoni e Arenhart (2011, p. 481) destacam que após a valoração de todas as provas, o magistrado pode não estar convencido para tomar uma decisão, visto que o conjunto probatório poderá levar a mais de uma conclusão aceitável, a princípio. Neste caso, o juiz deverá escolher a melhor versão, ou seja, a que lhe pareça mais sensata para elucidar o caso concreto.

Importante destacar o que diz Paulo Sergio Puerta dos Santos (1997, p. 136), Vice-Corregedor-Geral do Ministério Público de São Paulo, afirma que o princípio da indeclinabilidade da jurisdição deverá ser respeitado. Sendo assim, o juiz não poderá se isentar de apreciar e resolver uma questão, alegando complexidade da demanda ou indecisão entre os fatos alegados e

provados. Para auxiliá-lo, então, há a prova pericial que pode ser solicitada por qualquer das partes, pelo juiz ou pelo Ministério Público. Por esse meio de prova, o juiz encarrega um perito, especialista no problema que envolve a lide, a emitir um juízo de valor técnico sobre a questão.

Jaqueline Santa Brígida Sena (2009, p. 3147), Mestre em Filosofia e Teoria Geral do Direito percebe, ainda, que o magistrado deve condicionar seus preconceitos no momento do julgamento, a fim de que não possam influenciá-lo a ponto de que tome uma decisão injusta, prejudicando uma das partes por mera arbitrariedade intuitiva. A conscientização do juiz quanto a isto se mostra importante, pois entendida essa dificuldade, há maior possibilidade de o julgador se colocar no lugar das partes e proferir decisão em maior acordo com a justiça.

Sendo assim, o juiz não é uma máquina que simplesmente adequa o fato à norma, conforme relata Sena (2009, p. 3148). Na verdade, deve julgar com sensibilidade. Isto significa que deve balancear sua atuação entre a técnica jurídica e a função social que desempenha, qual seja na busca de resolução de conflitos que persegue a paz social, reconhecendo assim os fatores psicológicos que recaem sobre a sentença elaborada por si.

Carlos Alberto Menezes Direito (2003), ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, indica que o magistrado desenvolve a prática da interpretação exercendo o ofício de dirimir o conflito entregue ao Estado, isto é, tomar conhecimento e interpretar os fatos narrados pelas partes, buscar a fonte do direito aplicável e decidir previamente como será decidida a causa. Agindo desta forma, reconstrói a situação fática, destacando o que lhe parece ser relevante, valora as provas juntadas aos autos, segundo o princípio da razoabilidade, e escolhe a norma que será aplicada ao caso, ciente da extensão prospectiva que a sua decisão terá para as partes.

## 2.2 A decisão judicial

Depois de produzidas todas as provas requeridas pelas partes e determinadas pelo juiz, Paulo Santos (1997, p. 138) chama atenção para a fase decisória. Nesta fase, o juiz irá prolatar sua decisão por meio de uma sentença, que terminará com o processo em primeira instância.

Esclarecendo, Paulo Santos (1997, p. 114) retrata que deve ser observado o princípio da identidade física do juiz, para que a sentença seja justa e represente exatamente o que foi trazido aos autos. Significa que aquele juiz que coletou a oitiva das testemunhas, o interrogatório e as explicações periciais, além de ter tido acesso a todas as provas juntadas ao processo deverá proferir a decisão. Entende-se que este juiz terá melhores condições de formar sua convicção daquele que só teve acesso ao que foi posto nos autos.

Pode-se afirmar, assim, que a sentença é uma decisão judicial que pode ser definitiva ou terminativa do feito. São definitivas aquelas decisões tomadas pelo juiz após ter sido analisado o mérito da demanda, ajuizada pela parte autora; quer dizer, quando o juiz defere ou não a procedência do que foi pedido pelo autor, ao analisar as provas trazidas aos autos. Já as terminativas são aquelas decisões que põem fim ao processo, sem resolução do mérito; enfim, são casos determinados na legislação que permitem ao juiz nem adentrar na análise do mérito e causam a extinção do processo. (SANTOS, P., 1997, p. 138).

Carlos Alberto Álvaro de Oliveira (2010), doutor em direito pela Universidade de São Paulo, menciona que outras observações deverão ser feitas pelo julgador dizendo respeito aos pedidos elaborados no processo, objetivando decidir se são procedentes ou improcedentes, limitando-se ao que foi suscitado pelas partes. Contudo, cabe ressaltar, que quem tem competência para aplicar as normas jurídicas é o juiz, ou seja, neste caso, não estará condicionado às leis explicitadas pelas partes em suas manifestações nos autos. Observa-se, ainda, que ao magistrado incumbe o dever de aplicar o ordenamento jurídico de forma que considere adequado ao



caso concreto, não podendo exprimir norma inexistente, nem suprimir regra cabível para aquela determinada situação.

Marinoni e Arenhart (2011, p.407) reforçam que a sentença para ser válida precisa observar alguns requisitos essenciais. Precisam estar presentes três partes, que integram obrigatoriamente uma sentença, são elas: relatório, fundamentação e dispositivo.

O relatório é um resumo dos fatos e razões de direito mais relevantes apresentados pelas partes aos autos, que demonstra que o juiz analisou o processo como um todo antes de proferir sua decisão. É importante porque na sua estrutura irão conter os fatos controvertidos, as provas admitidas, produzidas e valoradas. Desta forma, ficam nítidos que já no relatório podem ser observados alguns pontos importantes da convicção do juiz, ao demonstrar se alguma prova admitida não foi produzida pela parte, bem como se há prova ilícita ou se o juiz, eventualmente, valorou alguma prova não trazida aos autos, elucidam Marinoni e Arenhart (2011, p. 408).

Paulo Santos (1997, p. 139-140) descreve que a fundamentação é a parte em que o magistrado tem a possibilidade de explicitar como decidiu resolver o conflito em questão. É neste momento, que o juiz vai declarar os motivos que o levaram a tomar determinada decisão; afinal, outro princípio importantíssimo que rege o processo civil brasileiro é o livre convencimento motivado do juiz. Este princípio quer dizer que o magistrado não pode decidir de tal forma simplesmente porque ele quer, mas que deverá fundamentar no que baseou sua decisão. Neste sentido, cumpre salientar que os meios de provas não possuem uma hierarquia entre si e, muitas vezes, suas conclusões são divergentes. Sendo assim, o magistrado poderá formar sua convicção baseada em qualquer uma das provas trazidas ao processo, não sendo vinculado a uma específica. Porém, aquela que for utilizada para motivar sua decisão deverá ser demonstrada e explicada na fundamentação da sentença.

Ainda sobre o princípio da livre convicção do juiz, Marcos Afonso Borges (1999, p. 87), doutor em direito pela Faculdade de Direito da

Universidade Federal em Goiás, salienta que nada tem a ver com livre-arbítrio, pois o juiz está limitado ao que está posto na legislação e às provas e fatos trazidos aos autos. O que é livre, neste caso, é a valoração da prova, ou seja, o magistrado poderá dar maior ou menor valor à determinada prova de acordo com a sua convicção, podendo determinar a produção de provas não trazidas pelas partes, caso julgue necessário.

Há jurisprudência farta que comprova a aplicação do princípio do livre convencimento motivado do juiz, inclusive em sede de tribunais superiores, como é o caso do Supremo Tribunal Federal (STF). A fim de ilustrar como o princípio é empregado na prática, segue uma decisão monocrática proferida pelo Ministro Ricardo Lewandowski (grifo nosso):

“Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto de acórdão que possui a seguinte ementa: ‘AGRAVO DE INSTRUMENTO. REALIZAÇÃO DE PERÍCIA. INDEFERIMENTO. FACULDADE DO MAGISTRADO. **PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO**. MANUTENÇÃO DO DECISUM. AGRAVO IMPROVIDO.’ 1. **O legislador brasileiro adotou o princípio do livre convencimento motivado, por meio do qual o magistrado pode formar sua convicção livremente, ponderando as provas que desejar, negando a realização de outras, desde que fundamentadamente.** 2. Como o Juiz é o destinatário da prova, a ele cumpre aferir sobre a necessidade ou não de sua realização, não estando obrigado a julgar de acordo com o laudo pericial (art. 436 do CPC), restando escorreito o decisum agravado. 3. Agravo de Instrumento improvido, tornando sem efeito a liminar concedida.’ No RE, fundado no art. 102, III, a, da Constituição, alegou-se violação aos arts. 5º, LV, e 93, IX, da mesma Carta. A pretensão recursal não merece acolhida. Isso porque a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que, em regra, a alegação de ofensa aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, quando dependente de exame prévio de normas infraconstitucionais, configura situação de ofensa reflexa ao texto constitucional, o que inviabiliza o conhecimento do recurso extraordinário. É certo, ainda, que não há contrariedade ao art. 93, IX, da Carta Magna, quando o acórdão recorrido encontra-se suficientemente fundamentado. [...]” (BRASIL, 2013)

Evidencia, ainda, Oliveira (2010), que não há hierarquia entre provas e destaca que o sistema tarifado não é aceito pelo Brasil, pois prevalece o princípio do livre convencimento motivado. O magistrado deverá utilizar os meios de prova e a análise dos fatos alegados, considerando a valoração das provas apenas no caso concreto específico, para encontrar a provável verdade e por fim à lide. Assim, vale

salientar que o juiz não fica adstrito ao resultado da prova pericial para formar sua convicção.

Neste sentido, o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina decidiu da seguinte forma (grifo nosso):

“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDENCIÁRIO. SERVENTE DE PEDREIRO. PERDA PARCIAL DA VISÃO EM OLHO DIREITO. **LAUDO** QUE ATESTOU INEXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE. **JUIZ NÃO ADSTRITO AO LAUDO PERICIAL**. NEXO DE CAUSALIDADE EVIDENCIADO. MAIOR ESFORÇO NA EXECUÇÃO DO TRABALHO ATUAL. APLICAÇÃO, ADEMAIS, DO PRINCÍPIO DE QUE A DÚVIDA RESOLVE-SE EM FAVOR DO HIPOSSUFICIENTE (IN DUBIO PRO MISERO). PRESSUPOSTOS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO, CONTUDO, O AUXÍLIO-SUPLR. ACIDENTE OCORRIDO NA ÉGIDE DA LEI Nº 6.367 /76. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ATÉ A VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.960 /2009, A PARTIR DA QUAL DEVERÁ SER APLICADA A REDAÇÃO ATUAL DO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494 /97. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS DEVIDAS PELA METADE. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO. Apelação Cível AC 645063 SC 2010.064506-3. O magistrado não fica **adstrito** ao **laudo** técnico, uma vez que a prova é de livre apreciação do julgador, desde que, por óbvio, justifique as razões do convencimento. "O comprometimento da visão de um olho sempre acarretará, em maior ou menor grau, algum tipo de limitação ou redução da capacidade laborativa, seja qual for a profissão do trabalhador." (Apelação Cível, de Descanso, rel. Des. Newton Janke, j. 27.06.11). Em obediência ao princípio do tempo que rege o ato, há que se conceder ao trabalhador, ao qual se exige maior esforço na realização do trabalho, o auxílio-doença previsto no art. 9º da Lei n.º 6.367/76, uma vez que o acidente de trabalho ocorreu na égide daquela legislação.” (BRASIL, 2011)

Cabe salientar, segundo Oliveira (2010) que a valoração da prova não é mero juízo arbitrário do magistrado. A fim de controlar essa apreciação, os princípios e procedimentos formais em conjunto com a participação das partes fazem às vezes de limitadores do livre arbítrio do juiz.

A fundamentação é importante porque, além de mostrar como o juiz decidiu a lide e como será substituída a vontade das partes, ainda traz segurança a todos os envolvidos no processo, ou seja, partes, juiz e Estado. Para as partes, caso entendam que a prova foi valorada de forma inapropriada, poderão basear-se na fundamentação da sentença para interpor recurso e verem suas pretensões reexaminadas por mais de um juiz. É uma garantia também para o juiz, pois ao motivar sua decisão, não corre o risco de ser acusado de arbitrariedade parcialidade ou outra injustiça. Além

de ser importante para o Estado, que evidencia a prestação jurisdicional, da qual é titular, de maneira justa e sem vícios, descreve Paulo Santos (1997, p. 140).

Cumpra evidenciar por Marinoni e Arenhart (2011, p. 408), ainda sobre a fundamentação, como já foi citado anteriormente, que o magistrado deverá motivar todos os meios de prova constantes nos autos e não apenas aqueles que mantêm relação direta com o alegado pela parte vencedora. Sendo assim, incumbe ao juiz explicar o porquê de ter acolhido determinadas provas e desconsiderado outras, ou seja, mesmo que o juízo decisório já esteja formado, não poderá o magistrado só informar os motivos que o levaram a tomar aquela decisão e preterir esclarecimentos sobre as provas não capazes de fundar sua convicção.

Nas palavras de Carlos Oliveira, “deve ser excluída em primeiro lugar na apreciação fática do órgão judicial qualquer valoração de equidade ou de conveniência em relação à tutela dos interesses opostos. Certamente, para melhor formar sua convicção, deve o juiz até de ofício ordenar a realização de determinadas provas, mas, se apesar de tudo a dúvida permanece, não lhe será lícito considerar provados os fatos só porque lhe pareça justo acolher o pedido inicial.” (OLIVEIRA, 2010)

Por fim, tem-se o dispositivo. É a parte em que o juiz conclui, logicamente, aquilo que demonstrou na fundamentação e julga de forma direta os pedidos elencados pela parte autora na petição inicial, lembrando sempre que o magistrado está limitado a sentenciar com base nesses pedidos. Aqui, importa deixar claro, que o magistrado vai determinar a procedência ou improcedência dos pedidos formulados pela parte autora e, apesar de corriqueiro, está tecnicamente errado falar em improcedência da ação. Afinal, a parte possui o direito de ação sempre que houver uma pretensão resistida entre ela e outro sujeito, mesmo que não tenha direito material; portanto, o que pode ser declarado improcedente na sentença é o pedido formulado contra o réu. (MARINONI; ARENHART, 2011, p. 409).

## **2.3 As implicações dos laudos psicológicos nas decisões judiciais**

Segundo Ivonete Araújo Carvalho Lima Granjeiro, doutora em psicologia clínica e cultura pela Universidade de Brasília e Costa (2008) o Poder Judiciário de uma maneira geral vem ganhando um caráter sistêmico, ou seja, vem admitindo que o conhecimento não possa ser algo definido e que as questões aparentemente semelhantes, muitas vezes, não podem ser solucionadas da mesma forma. Se tomarmos como base o Direito de Família, é nítido perceber que as causas levadas à tutela jurisdicional têm particularidades que podem fazer diferença na decisão do juiz se valoradas atendendo as perspectivas sociais e individuais de cada núcleo familiar. Neste sentido, afirmam elas, o magistrado, detentor do poder de julgar e resolver a lide se depara com a transformação constante da aplicação do Direito nas suas próprias sentenças.

Regina Lúcia Teixeira Mendes (2012, p. 474), doutora em direito pela Universidade Gama Filho/RJ, observou que o magistrado, apesar de buscar a verdade real, poderá não encontrá-la, restando apenas a verdade processual, ou seja, a verdade constante nos autos. Se a verdade processual convencer o magistrado de que é a verdade absoluta, este irá decidir e motivar seu entendimento, tal como fará se a verdade real ficar evidenciada no processo. Portanto, é importante esclarecer, o magistrado irá formar sua convicção baseada na comparação dos fatos e do conjunto probatório e deverá fundamentar a sentença.

A corrente positivista foca a perspectiva de que o magistrado deve separar o fato jurídico do fato social, ou seja, deve ater-se tão somente àquilo que foi levado ao seu conhecimento pelas partes no que consegue adequar ao mesmo uma norma colocada como direito posto. Neste sentido, o positivismo prega que o juiz deve isolar-se de tudo o que não estiver no mundo das leis, bem como das suas convicções e emoções pessoais para dizer o direito aplicável ao caso concreto. (GRANJEIRO; COSTA, 2008).

Granjeiro e Costa (2008) salientam que a complexidade dos processos formados no direito atual, em especial nas Varas de Família,

demonstra que se o julgador não lançar mão de pesquisas técnicas de outras áreas que influenciam na vida daquele que figura como parte nos processos, não poderá sentenciar de forma convincente. Mais que isso, sua decisão que a princípio deveria fazer lei entre os litigantes vai ser mera formalidade. A aplicação da lei de forma eficiente nas decisões judiciais atuais torna-se mais importante a adequação da norma de forma correta, ou seja, do julgamento que efetivamente satisfaça as partes a fim de que seja cumprido.

Ainda, Márcia Santos e Costa (2007, p. 122) relatam que ao solicitar este tipo de perícia, o magistrado buscará respaldo para que possa julgar a causa com sua convicção formada, podendo utilizar assim a visão psicossocial referente especificamente àquele núcleo familiar que o levou ao seu conhecimento. Porém, não estará vinculado à conclusão da perícia para decidir.

Silva (2003c, p. 22) salienta, então, que o julgador não está preso ao que consta no laudo psicológico, muito pelo contrário, poderá formar sua convicção de forma livre, desde que de acordo com outras provas produzidas nos autos. Na verdade, o juiz deve ter conhecimento de todas as provas do processo e fazer a valoração do conjunto probatório como um todo a fim de decidir em conformidade com seu convencimento. É o que define o Código de Processo Civil brasileiro, no artigo 436, *in verbis*: “O juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos.” (BRASIL, 1973)

Além disso, não pode ser esquecido o princípio do livre convencimento motivado do juiz, aplicável também aos processos em trâmite nas Varas de Família. A decisão judicial tem como base a busca pela verdade real, ou seja, investiga os fatos pretéritos a fim de formar sua convicção. Para que esta verdade real seja encontrada, partes e instância julgadora devem atuar de forma cooperativa, ou seja, colaborando mutuamente para que fique evidente o que aconteceu na situação real. É com base nos resultados obtidos na procura da verdade que o juiz decide o processo. (MENDES, 2012, p. 461).

Marcelo Ferreira Zochio, Mestre em ciências na área de sistemas eletrônicos pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e Pedro Luís Próspero Sanchez, doutor em engenharia elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo ressaltam, então, os papéis desempenhados pelo juiz e pelo perito. Ao elaborar o laudo, o psicólogo apenas tem o objetivo de emitir opinião técnica sobre o modo como aquele litígio deve ser resolvido, mas o juiz poderá discordar do mesmo se houverem outros meios no processo que o conduzam para decidir de maneira contrária à conclusão da perícia. Portanto, o perito possui a função de auxiliar o juiz, enquanto o magistrado tem o dever de colocar em prática seus conhecimentos técnicos e específicos para prestar a jurisdição e finalizar o conflito. (ZOCHIO; SANCHEZ, 2008).

Maciel (2002, p. 61) ratifica que os juízes entendem por eficazes os laudos psicológicos que alcançam o objetivo solicitado para solucionar o caso concreto, ou seja, quando o psicólogo consegue demonstrar que direcionou a realização dos trabalhos ao encontro daquilo que está sendo discutido nos autos. Salienta-se, porém, que o laudo pericial é apenas mais um meio probatório que será anexado ao processo para poder ser utilizado pelo magistrado para formar sua convicção.

O papel do julgador é relacionar as provas apresentadas no processo e os fatos narrados pelas partes para que possa decidir a lide. Mais do que isso, deverá convencer, através da técnica argumentativa do discurso, tanto as partes envolvidas na situação quanto a sociedade de uma maneira geral que poderá ter acesso à sua sentença, de que o caso foi resolvido de maneira adequada. Acrescenta-se, ainda, que seria impossível desenvolver um discurso capaz de provar sua efetividade sem observar a realidade social na qual a questão controvertida esteja submetida, conforme relata Oliveira (2010).

Neste sentido, Silva (2003b) esclarece que nem sempre a solução psicologicamente correta é possível de ser aplicada de acordo com a legislação. Por vezes, o psicólogo pode sugerir que a lide seja resolvida de certa forma, mas o juiz não pode sentenciar acatando tal sugestão, pois não

há previsão legal para que ele possa fundamentar a decisão. Além do mais, o objetivo das partes do processo é ter seu conflito decidido, mesmo que nem saibam ao certo o que foram buscar com a tutela jurisdicional ou quando utilizam o Poder Judiciário como uma arma contra seu adversário, com interesses subjetivos que nada tem a ver diretamente com a ação apresentada.

Com relação ao menor, Paulo Lôbo (2008), doutor em direito civil pela Universidade de São Paulo comenta que este poderá ser ouvido pelo juiz, mas não deve ser transferida a ele a difícil tarefa de escolher com quem prefere ficar. Afinal, este tipo de questionamento pode afetar seu emocional ou causar-lhe traumas. Para decidir sobre este tipo de situação é que o juiz tem à sua disposição as equipes multidisciplinares, nas quais atuam os psicólogos, a fim de ajudá-lo em seu convencimento.

Adelaide Cristina de Souza Sant'Anna (2012, p. 33), advogada do Estado de Minas Gerais implica concluir que o juiz não está subordinado à opinião da criança, afinal nem sempre aquilo que a criança deseja é o que atende melhor aos seus interesses. Mais uma vez, aqui, o magistrado atuará permitindo ao menor uma possibilidade de um ambiente afetivo, cultural e psicológico objetivando seu desenvolvimento social, enquanto sujeito garantidor de direitos.

No momento de valorar o laudo psicológico que demonstre as possíveis consequências de sua decisão na vida de um menor, o magistrado deverá observar a capacidade de os papéis do pai e da mãe influenciarem a vida do filho. Em questão de formação da personalidade, deve ser levada em consideração na sentença a situação psíquica daquele que manterá a responsabilidade principal em relação à prole, evitando que aconteçam institutos como a alienação parental, que o genitor utilize a criança como arma contra o ex-cônjuge ou que haja qualquer tipo de violência. A perícia psicológica se mostra, portanto, como a melhor forma de contribuir para a formação da decisão judicial no tocante à busca da reestruturação familiar, por tratar das questões subjetivas dos envolvidos. (COSTA; PENSO; LEGNANI; SUDBRACK, 2009, p. 239-240).



O juiz poderá desenvolver sua decisão neste sentido, visto que o próprio Código de Processo Civil, no seu artigo 1632, determina que os filhos não sejam preteridos da convivência com os pais e que essas relações não podem ser alteradas porque ambos resolveram partir para um divórcio ou uma dissolução de união estável, segundo Penna (2011).

Conforme Silva (2003c, p. 46), é perceptível que o núcleo familiar tem o hábito de transferir para o juiz a responsabilidade de resolver questões que cada indivíduo inserido na situação e na maioria das vezes, teria condições de resolver sozinho. O motivo que leva as pessoas a abarrotarem o Judiciário com ações judiciais é a falta de consciência no que diz respeito ao seu próprio papel dentro de determinada relação familiar. De uma maneira geral, as pessoas criam um mito, ou seja, uma história que não condiz com a realidade dos fatos e passam a viver essa fantasia, acreditando ser esta a sua verdadeira história.

Os laudos psicológicos certamente têm considerável importância para a decisão do magistrado, visto que mesmo quando não são mencionados na fundamentação da sentença, em regra, condizem com o resultado apresentado pelos psicólogos na perícia. Inclusive, segundo pesquisa realizada nas Varas de Família de Pernambuco ficou comprovado que cerca de 90% (noventa por cento) das decisões judiciais possuem a mesma conclusão dos laudos periciais. (MACIEL, 2002. p. 72).

A sentença é, portanto, segundo Direito (2003), um novo direito que valerá como lei entre os litigantes, a partir de sua publicação. Possui caráter construtivo no que diz respeito ao fato de revelar uma atualização da norma, a cada vez que é utilizada para solucionar um processo judicial e põe fim à disputa. É por meio da decisão judicial que o Estado presta seu dever de dizer o Direito quando uma situação-problema o tira da inércia

O juiz deve, então, ter em mente a aplicação de uma justiça baseada na humanidade. Sendo assim, a “sentença judicial pode definir, reestruturar, modificar, transformar, alterar, empobrecer e enriquecer as relações

familiares, promovendo um marco de ruptura/uniões no tempo da convivência familiar”. (COSTA; PENSO; LEGNANI; SUDBRACK, 2009, p. 240)

### 3 A ALTERAÇÃO DO CONTEXTO SOCIAL E A AÇÃO DE GUARDA

As evoluções que a globalização trouxe para o mundo, de máquinas de datilografar até e-mails, trouxeram consigo, também, as mudanças sociais no que se refere aos tipos de família. Esta é uma afirmação feita por Maria Aparecida Diniz (2008), doutoranda em ciências jurídicas e sociais, professora universitária e membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), que diz que no mundo atual, a afetividade tem relevância sobre o poder patriarcal, tanto que o princípio da dignidade da pessoa humana é um dos principais assegurados pela Constituição Federal de 1988. Assim, além da família tradicional constituída através do casamento entre homem e mulher, tem-se também a união estável, um dos consortes e os descendentes e a união entre casais do mesmo sexo, entre outros. Importa ressaltar, segundo ela, que o sistema antigo escolheu o elemento patriarcalismo para nortear suas relações e, atualmente, introduziu o elemento da afetividade, transformando-o em mais complexo ainda. Então, houve uma crise nas famílias patriarcais e tradicionais, trazendo novas formações sociais. Esses tipos familiares modernos prezam pela afetividade ao invés de vínculos genéticos e sexuais, o que aumenta a complexidade dos conflitos levados ao Poder Judiciário.

Com relação à importância dada à afetividade nas relações sociais, a 2ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios assim destacou (grifo nosso):

“EMENTA. DIREITO CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. PATERNIDADE SOCIOAFETIVA. 1. A paternidade socioafetiva, em especial, prescinde da paternidade biológica; revela-se quando os filhos derivam do amor e dos vínculos puros de espontânea afeição. A filiação é vista, portanto, na sua concepção eudemonista. Nessa esteira: “A paternidade sociológica assenta-se no afeto cultivado dia a dia, alimentado no cuidado recíproco, no companheirismo, na cooperação, na amizade e na cumplicidade. Nesse ínterim, **o afeto está presente nas relações familiares, tanto na relação entre homem e mulher (plano horizontal) como na relação paterno-filial (plano vertical, como por exemplo, a existente entre padrasto e enteado), todos unidos pelo sentimento, na felicidade no prazo de estarem juntos.** [...] Dessa forma, a família sociológica é aquela em que existe a prevalência dos laços afetivos, em que se verifica a solidariedade entre os membros que a compõem. Nessa família, os responsáveis assumem integralmente a educação e a produção da criança, que, independentemente de algum vínculo jurídico ou biológico entre eles, criam, amam e defendem, fazendo transparecer a todos que são os seus pais. A

paternidade, nesse caso, é verificada pela manifestação espontânea dos pais sociológicos, que, por opção, efetivamente mantêm uma relação paterno-filial ao desempenhar um papel protetor educador e emocional, devendo por isso ser considerados como os verdadeiros pais em caso de conflito de paternidade” (Luiz Roberto de Assumpção, in Aspectos da paternidade civil no novo código civil, Saraiva, 2004, p. 53). A dimensão do vínculo de afeto entre pais e filhos não tem o condão de afastar, por si só, a verdade genética. “Esse vínculo de sangue é considerado, ainda hoje, o padrão e continua sendo um dos elementos definidores da qualificação jurídica da pessoa, do seu estado, do status de cidadão, no qual se apóia a investigação da paternidade” (in op. cit., p. 208). 2. Não se sustenta hoje a intangibilidade do ato registral frente à verdade genética quando se permite, em atenção ao princípio do melhor interesse da criança, indagação a respeito dos efeitos da coisa julgada nas ações de investigação de paternidade da era pós-DNA. O Direito não pode viver às margens dos avanços científicos. E, por consequência, autoriza-se o temperamento da res judicata com fulcro na premissa de que a busca da ascendência genética interessa tanto ao filho quanto ao indigitado pai. Nessa rota, ao que parece, o direito de família no Brasil caminha para a quebra excepcional da imutabilidade deste instituto. Não há, pois, como afastar a importância da pesquisa da tipagem do DNA. Além do mais, importante discussão a respeito da importância do patrimônio genético de cada indivíduo foi levada ao excelso Supremo Tribunal Federal no julgamento do HBC 71.373-4/RS. Embora tenha aquela egrégia Corte de Justiça decidido que o direito à liberdade, à intimidade, à vida privada e à integridade física do suposto pai é que deve prevalecer em face da investigação genética, restou assentada a importância do exame de DNA para efeito de verificação do vínculo de paternidade. O Ministro Ilmar Galvão, naquele julgamento, assim se pronunciou: ‘não se busca com a investigatória a satisfação de interesse meramente patrimonial, mas, sobretudo, a consecução de interesse moral, que só encontrará resposta na revelação da verdade real acerca da origem biológica do pretense filho, posto em dúvida pelo próprio réu ou por outrem.’ (BRASIL, 2009)

Um dos aspectos mais relevantes relacionados à nova estruturação das famílias, segundo Francisco Messias Neto (2009, p. 132), defensor público e professor universitário do Estado do Rio de Janeiro, diz respeito à substituição do pátrio poder pelo poder familiar. A principal consequência desta mudança é a posição social que a mulher assumiu nos últimos tempos. Antigamente, diz ele, era do homem a responsabilidade por tomar decisões referentes à criação e educação dos filhos, enquanto a mulher se mostrava submissa aos desejos do marido. Hoje em dia, com a independência pessoal e profissional das figuras do sexo feminino, as relações de poder foram alteradas e, muitas vezes, é a mulher que assume a função de chefe de família.

O referido autor (NETO, 2009, p. 140-141) entende, então, que por estes e outros motivos, os conflitos familiares aumentaram e a consequência lógica é que a esfera judicial das Varas de Família esteja sendo mais

demandada para resolvê-los. Sendo assim, questões que envolvam núcleos familiares, que não têm condições de chegarem a um consenso, por meio da autocomposição, deverão ser decididos pelo juiz, no Poder Judiciário.

Com relação a isto, Silva (2003c, p. 46) frisa que juízes, advogados, promotores, psicólogos e quem mais sejam considerados membros ou auxiliares da Justiça devem estar atentos às mudanças sociais para atuarem profissionalmente de maneira fidedigna com o que a sociedade espera de seus trabalhos. Diz, ainda, que as questões que envolvem famílias tradicionais com certeza não poderão ser resolvidas da mesma forma que quando a crise atingir o seio dos novos moldes de família, que tem se destacado na atualidade.

Maciel (2002, p. 36) coloca que uma das causas frequentes levada ao Tribunal é o divórcio ou separação conjugal. Situações estas que ocorrem por inúmeros motivos e tem como consequência a ruptura familiar, que pressupõe o encerramento de um ciclo de vida e o início de outro numa transição que, normalmente, não se dá de maneira tranquila.

Quando o casal opta por separar-se e possui filhos, a autora supracitada (MACIEL, 2002, p. 37) salienta que a situação complica ainda mais. Afinal, além de haver a sensação de solidão, juntamente com a necessidade de resoluções sentimentais e práticas, ainda há crianças/adolescentes que fatalmente sofrerão consequências pelo ato dos pais. Quanto à situação sentimental é importante esclarecer, segundo ela, que readequar as emoções, suprimir as sensações ruins, enfrentar a família e reconhecer a nova condição social não são tarefas simples e demandam certo tempo.

Além disso, continua a autora (MACIEL, 2002, p. 37), há questões práticas relacionadas a bens, responsabilidades, orçamento e reestruturação da base familiar que também deverão ser solucionadas e interiorizadas pelos membros integrantes do que antes era uma família. Caso este contexto não fique bem claro, existe a possibilidade de o casal utilizar a via judicial para

atormentar a vida do seu mais novo “ex adverso”, podendo inclusive valer-se dos filhos para atingir seus objetivos.

Sendo assim, Maciel (2002, p. 16) destaca que os casos reais levados ao âmbito jurídico no que diz respeito às Varas de Família, na sua grande maioria, envolvem menores e merecem cuidado psicológico. Afinal, a pretensão dos genitores é atrair para si a responsabilidade principal de cuidado daquela criança ou adolescente, por considerarem ter as melhores condições de desenvolverem esta atividade. Para alcançarem o objetivo, ajuízam ações de guarda.

Ações de guarda propostas por pais separados demonstram, afirma a autora Maciel (2002, p. 49), que mesmo sozinhos não conseguem chegar a um consenso sobre o destino dos filhos. E mesmo após a decisão do juiz, muitas vezes, pondera que aquele que não venceu a disputa, volta a procurar o Poder Judiciário para ajuizar ação de modificação de guarda. Os motivos apresentados variam desde aparente ciúme do ex-cônjuge com relação ao novo par daquele que garantiu a guarda do menor até acusações referentes à negligência, violência, descaso, exploração e violação de outros direitos fundamentais determinados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sendo assim, o que parece ser nítido é que até serem levados ao Poder Judiciário, os conflitos envolvendo a situação dos filhos já foram alvos de tentativas frustradas de negociação, que não obtiveram sucesso pela posição acirrada em que cada indivíduo se manteve durante aquele momento investido na busca pela solução. A cada possibilidade fracassada, diz Maciel (2002, p. 34), o atrito entre os envolvidos aumenta e gera ainda mais mágoas e ressentimentos que serão remoídos internamente por cada um até que a decisão judicial seja proferida pelo juiz, prolongando ainda mais o sofrimento dos envolvidos na lide.

### **3.1 O instituto da guarda e suas modalidades**

Conforme dito por Paulo Lôbo (2008), independentemente do motivo que tenha levado à dissolução do casal enquanto estrutura familiar é

importante ressaltar que a dicotomia guarda-visita não é mais a regente das ações de guarda do direito atual. O que prevalece no âmbito jurídico é o direito à convivência, ao afeto entre pais e filhos e o dever dos pais de promover a proteção da prole, pois mesmo que não morem na mesma residência ambos os genitores mantêm o poder familiar com relação às crianças.

Guarda, segundo o autor recém-referenciado (Lôbo, 2008), é a denominação jurídica à responsabilidade principal de cuidado, zelo e custódia do indivíduo que um ou ambos pais exercem em relação ao menor. As modalidades de guarda possíveis na atual estrutura normativa são a unilateral, a alternada e a compartilhada, sendo preconizado em todas o direito da criança à convivência com os genitores. É o que reflete as decisões jurisprudenciais, como a seguir (grifo nosso):

“EMENTA: APELAÇÃO. ALTERAÇÃO DE GUARDA. REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS. GENITORES. BEM-ESTAR DO MENOR. I - Mantém-se a r. sentença, que definiu a guarda compartilhada e a regulamentação de visitas, **por atender ao melhor interesse da criança, garantindo a convivência com ambos os genitores, sem prejuízo de sua rotina, e assegurando seu bem-estar físico e emocional. A medida em exame tem por finalidade a proteção da menor**, e não a conveniência dos pais ou o desejo pessoal de ficar mais tempo com a filha, tampouco serve como meio de acirrar desavenças. II – Apelação desprovida.” (BRASIL, 2013)

Antes de especificar a diferença entre os possíveis tipos de guarda, Leonardo Barreto Moreira Alves (2009), Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais e professor universitário, destaca que a escolha da modalidade ao caso concreto versará sobre o princípio do melhor interesse da criança. Isto significa que a medida a ser empregada considerará o benefício do menor em qualquer situação.

É importante salientar que crianças e adolescentes são sujeitos de direito que merecem proteção integral, provida pela família, pelo Estado e pela sociedade, conforme afirmação de Renata Malta Vilas-bôas (2011), mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco. Este é um princípio norteador dos direitos da criança e do adolescente previsto na Constituição Federal de 1988, que deve ser observado pelo juiz. *In verbis*:

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (BRASIL, 1988)

Além do princípio da proteção integral, o juiz deverá pautar-se, também, no princípio do melhor interesse da criança, estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, quando for decidir ações que tenham como consequência a interferência na vida de um menor. Observa Renata Vilas-bôas (2011) que isso prova que o “melhor interesse” é orientador das interpretações judiciais, visto ainda que a jurisprudência conferida pelos Tribunais Estaduais e Superiores é pacífica no sentido de adotar o princípio.

Descreve-se a seguir a decisão da 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, que destaca o melhor interesse do menor (grifo nosso):

“PROCESSO CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C GUARDA DE FILHO. **MELHOR INTERESSE DO MENOR**. PRINCÍPIO DO JUÍZO IMEDIATO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE. 1. Debate relativo à possibilidade de deslocamento da competência em face da alteração no domicílio do menor, objeto da disputa judicial. 2. Em se tratando de hipótese de competência relativa, o art. 87 do CPC institui, com a finalidade de proteger a parte, a regra da estabilização da competência (*perpetuatio jurisdictionis*), evitando-se, assim, a alteração do lugar do processo, toda a vez que houver modificações supervenientes do estado de fato ou de direito. 3. **Nos processos que envolvem menores, as medidas devem ser tomadas no interesse desses, o qual deve prevalecer diante de quaisquer outras questões.** 4. Não havendo, na espécie, nada que indique objetivos escusos por qualquer uma das partes, mas apenas alterações de domicílios dos responsáveis pelo menor, deve a regra da *perpetuatio jurisdictionis* ceder lugar à solução que se afigure mais condizente com os interesses do infante e facilite o seu pleno acesso à Justiça. Precedentes. 5. Conflito conhecido para o fim de declarar a competência do Juízo de Direito de Carazinho/RS (juízo suscitante), foro do domicílio do menor.” (BRASIL, 2012)

Há, ainda, decisão recente proferida, em sede de apelação, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que evidencia também a aplicação do Princípio do Melhor Interesse da Criança no novo contexto social, como pode ser verificado abaixo (grifo nosso):



“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DESTITUIÇÃO DE PODER FAMILIAR. ABANDONO DA CRIANÇA PELA MÃE BIOLÓGICA. ADOÇÃO POR CASAL DO MESMO SEXO QUE VIVE EM UNIÃO ESTÁVEL. MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. REGISTRO DE NASCIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I - A destituição do poder familiar é medida extrema, só devendo ser concretizada se comprovada a impossibilidade de permanência do menor com os pais. II - **Sempre que se tratar de interesse relativo às crianças e adolescentes, o magistrado deve se ater ao interesse do menor, considerando, para tanto, primordialmente, o seu bem estar.** III - O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, reconheceu a existência de entidade familiar quando duas pessoas do mesmo sexo se unem, para constituição de uma família. IV - A vedação à discriminação impede qualquer interpretação proibitiva de que o casal homoafetivo, que vive em união estável, adote uma criança. V - Demonstrado nos autos que a genitora, com histórico de conduta agressiva e envolvimento com prostituição, abandonou a menor entregando-a aos cuidados das requerentes, e que a convivência com o casal homoafetivo atende, de forma inequívoca, o melhor interesse da criança, a destituição do poder familiar é medida que se impõe, nos termos do artigo 1.638, II e III, do Código Civil. VI - O pedido de adoção deve ser deferido em nome de ambas as autoras, sob pena de prejuízos à menor de ordem material (direito de herança, alimentos, dentre outros).” (BRASIL, 2013)

Maciel (2002, p. 31) acentua de forma crucial que para o magistrado é muito difícil chegar a um consenso sobre o que seria favorável para atender a prerrogativa de melhor interesse da criança. Isto se deve ao fato de que os casos levados às Varas de Família possuem duas partes opostas que julgam que sua forma de entendimento, educação e cultura formam o conjunto das melhores referências para o menor. Porém, é nítida a afirmação de que o melhor interesse para o menor é manter a relação pré-existente à separação com ambos os pais, pois cada um tem uma participação distinta para a formação do filho, bem como se os pais entenderem que atitudes de cooperação mútua nas questões que dizem respeito à criança/adolescente só a ajudarão quanto ao seu desenvolvimento.

Sant’Anna (2012, p. 23), em sua monografia, que versava sobre guarda compartilhada, explicou que o melhor interesse do menor será sobreposto a qualquer outro interesse juridicamente tutelado, observado o caso concreto, visto que cada dinâmica familiar apresenta características específicas a fim de demonstrar o que é melhor para a criança. É este princípio que garante as prerrogativas essenciais da condição de pessoa em desenvolvimento tidas pelo menor.

É o que demonstra a decisão judicial da 6ª Turma Cível do Tribunal do Distrito Federal e Territórios, em voto da Ministra Relatora Vera Andrighi, cuja ementa está transcrita a seguir:

“EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. GUARDA. LAR DE REFERÊNCIA. VISITAÇÃO. I – O estudo psicossocial concluiu que os problemas psicológicos sofridos pela criança relacionam-se com a animosidade da disputa entre os pais pela guarda, e não por conflitos familiares no lar materno. Reformada a decisão para manter a residência materna como lar de referência. II – A criança demonstra afeto pelos genitores e suas famílias, sendo recomendável a manutenção da guarda compartilhada, acordada em audiência, e do direito de visitas regulamentado pela decisão agravada. III – Agravo de instrumento parcialmente provido.” (BRASIL, 2013)

Especificamente com relação à guarda compartilhada, Sant’Anna (2012, p. 26) pondera que, caso o juiz se convença, por meio da análise dos princípios e provas, de que o melhor para a criança é a guarda compartilhada, esta será aplicada. Define que é a modalidade de guarda na qual ambos os genitores possuem a mesma responsabilidade referente à criação, educação, sustento e afetividade no tocante ao filho, ou seja, quando estes tiverem uma relação harmoniosa e respeitosa, permitindo que haja cooperação um com o outro nas tomadas de decisões que digam respeito à prole. Este tipo de guarda permite uma maior identificação do menor com as duas figuras, quais sejam, materna e paterna e uma maior participação dos pais na vida dos filhos. Portanto, é um instituto que beneficia aquelas famílias que conseguem manter um relacionamento saudável, mesmo depois de uma separação conjugal.

Com relação à utilização do parecer psicológico na decisão do juiz na modalidade de guarda compartilhada, a Desembargadora Vera Andrighi, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, ao julgar a apelação cível referente à alteração de guarda, manteve a decisão do julgador “a quo”, que seguiu o mesmo sentido do parecer psicológico. Faz parte da fundamentação do voto da referida Ministra a decisão de 1ª instância, transcrita:

“A regulamentação da guarda e visitas, nos moldes fixados pelo Juízo a quo, atende o melhor interesse da menor, pois garante a ela a convivência com ambos os pais. Da mesma forma, ao determinar que a menor continue a residir com o genitor, o Juiz a quo buscou o bem-estar físico e emocional da criança, pois, conforme Parecer Técnico nº 193/11, é ‘benéfico para J. do ponto de vista psicossocial que ela permaneça por um período mais

prolongado com o pai, uma vez que mais uma mudança em pouco tempo pode enrijecer a parentalização atual, intensificar ansiedade e ambivalência da criança e enrijecer o litígio parental.” (BRASIL, 2013)

Já na conclusão da decisão, a Ministra Relatora dispõe da seguinte forma, ao atentar às sugestões dadas pelo parecer psicológico:

“Diante da situação familiar apresentada, avalia-se que seria benéfico para J. do ponto de vista psicossocial que ela permaneça por um período mais prolongado com o pai, uma vez que mais uma mudança em pouco tempo pode enrijecer a parentalização atual, intensificar ansiedade e ambivalência da criança e enrijecer o litígio parental. Nesse sentido, permanecer com o pai significaria o rompimento com a dinâmica estabelecida no sentido de retirar o poder atribuído a ela e iniciar um movimento de colocação de limites à criança. [...] Outra sugestão avaliada como de possível impacto na dinâmica atual seria a guarda compartilhada, no sentido de mobilizar mudanças dentro da disputa de poder estabelecida pelo par parental, mantendo a residência de referência na casa paterna.” (BRASIL, 2013)

Apesar de apresentar inúmeras vantagens no que diz respeito à manutenção dos vínculos concomitantemente com pai e mãe, ao impedir o afastamento da criança do genitor e dificultar o desenvolvimento da síndrome da alienação parental, Sant’Anna (2012, p. 29-30) mostrou que o instituto da guarda compartilhada também pode exprimir desvantagens. Quanto ao contexto negativo, a guarda compartilhada pode ser prejudicial para a criança, pois esta perde a referência de lar, tem de conviver com a desorganização da rotina e da vida escolar, pode sofrer influência no desenvolvimento da personalidade e submete-se a pressão de adaptação que o vai-e-vem de uma residência para outra gera.

Já a guarda alternada, segundo pesquisa de Sant’Anna (2012, p. 20-21) é aquela em que há um sistema de revezamento entre a responsabilidade principal da mãe e do pai. O menor irá conviver com ambos os genitores, porém as decisões quanto a sua criação de uma maneira geral não serão tomadas em conjunto pelos pais, ou seja, o período destinado ao convívio direto com o pai terá as dimensões estabelecidas pelo pai e vice-versa. Lapso temporal este, ressalta, que pode variar de caso para caso. Cumpre salientar, porém, que esta é uma hipótese de guarda bastante questionada pelos profissionais da área psicológica, visto que estes entendem que a falta de referência e rotina podem atrapalhar o desenvolvimento social do menor.

Em decisão da 5ª Turma Cível do Tribunal do Distrito Federal e Territórios, o Relator Desembargador Ângelo Passareli, em apelação referente à ação de alteração de guarda, fez o seguinte comentário sobre a modalidade alternada do instituto de guarda, com base no que foi demonstrado pelo trabalho pericial psicológico:

“Em sua manifestação, o representante do Parquet afirmou que 'os laudos psicológicos juntados aos autos, tanto pelo autor quanto pela requerida, demonstram aquilo que já é de conhecimento de todos os operadores do Direito que militam na área de Família, ou seja, a guarda alternada, como estabelecido anteriormente é prejudicial aos menores, principalmente porque afasta a questão relacionada com o lar referencial, importante para o desenvolvimento psicossocial dos mesmos' [...] Isso porque, calha explicitar, a sistemática estabelecida pelos pais era, em verdade, de guarda alternada, e não compartilhada. Aquela não traz benefícios às crianças, pois afasta delas a noção de lar referencial, de rotina, de regras. [...] Urge consignar que, até mesmo para a estabilidade emocional das crianças, é importante a manutenção de um lar referencial para elas até o desfecho do Feito originário, caso lá se decida por inverter a guarda, evitando-se modificações, salvo em casos de extrema e comprovada necessidade, sob pena de, aí sim, os prejuízos psíquicos que serão causados às crianças serem de difícil ou incerta reparação.” (BRASIL, 2011)

Por fim, mas não menos importante, Lôbo (2008) destaca a guarda unilateral. Modalidade de guarda dedicada àqueles núcleos familiares em que não haja harmonia para tomar decisões conjuntas com relação ao filho ou em que as mágoas referentes ao relacionamento ainda estejam muito afloradas, impossibilitando convivência entre os ex-cônjuges. Neste caso, explica Lôbo, um dos genitores fica responsável pela formação do filho, enquanto ao outro é garantido o direito de visita e fiscalização da educação. Para decidir quem é o mais capacitado para obter a guarda, o juiz levará em consideração inúmeros fatores relacionados à afetividade, condições econômicas, sociais e emocionais, além da aptidão pessoal para promover o melhor desenvolvimento moral, psicológico e educacional do herdeiro. Importante salientar, ainda segundo ele, que esses fatores não possuem uma escala de hierarquia entre si e devem ser valorados de maneira conjunta pelo magistrado, a fim de se chegar à conclusão de qual genitor atenderá melhor aos interesses da criança.

Ainda sobre a guarda exclusiva, como também é chamada a unilateral, é importante esclarecer que poderá suscitar outros conflitos entre

os genitores, uma vez que aquele que obteve sucesso na ação de guarda terá de abdicar de liberdade em prol da criação do filho, bem como terá que exercer a função precípua de educar, cobrar, disciplinar e impor limites e regras. Enquanto o genitor descontínuo, aquele a quem é assegurado o direito de visitas, poderá usufruir apenas dos momentos de lazer e alegria do filho, não atuando no seu papel de colaborar com o desenvolvimento do menor. (SANT'ANNA, 2012, p. 33).

### **3.2 O instituto da guarda e a possibilidade do abandono afetivo**

Michele Amaral Dill, Mestre em desenvolvimento pela UNIJUÍ, Thanabi Bellenzier Calderan, advogada, funcionária pública, mestranda em ambiente e desenvolvimento pela UNIVATES (2011) declaram que a sensação de proteção decorrente do afeto é sentida pela criança desde o ventre materno até seu desenvolvimento físico e psíquico completo. Nesta seara, pai e mãe mesmo separados, compartilham o dever de garantir ao menor as melhores estruturas possíveis, capazes de gerar a formação de um adulto seguro e saudável em todos os sentidos.

A advogada Gabriela Soares Linhares Machado (2012) relata que a criança para poder desenvolver sua personalidade sem traumas expressivos deve manter relação de afeto com os dois genitores. Está equivocado pensar que o menor só depende dos pais com relação a fatores materiais; ao contrário, a questão financeira pode ser substituída pelo outro genitor ou por terceiro interessado no bem estar da criança, porém o abandono afetivo não poderá ser suprido por ninguém.

A determinação judicial que concede a guarda unilateral a um dos genitores não é desculpa para que o vencido no processo se afaste do filho. Afinal, como já foi dito, a convivência com o menor é garantida a ele por meio de visitas regulares. (DILL; CALDERAN, 2011).

Ainda assim a ausência de um dos genitores é fato recorrente na sociedade atual. Cumpre esclarecer que não está sendo discutida apenas a carência física, mas também a falta de atitudes que decorrem do poder

familiar, que são o dever de educação, de presença, de atenção, de afeto. Isto quer dizer que não basta o pai ou a mãe estarem fisicamente presentes na vida do filho, eles devem realmente participar e promover sua formação como cidadão. (MACHADO, 2012).

Ao abandonar afetivamente o herdeiro, o genitor estará sujeito a arcar com uma consequência. Apesar de sua aplicação ainda se mostrar divergente na doutrina e jurisprudência brasileiras é possível a condenação do pai (gênero) ausente ao pagamento de indenização por dano moral. Ressalta-se, no entanto, que para haver responsabilidade civil que gere indenização há necessidade de comprovar o nexo causal entre a falta da figura paterna ou materna e o prejuízo no desenvolvimento psicológico do filho. (MACHADO, 2012).

Assim, o laudo psicológico parece ser o meio de prova mais apto a demonstrar tal liame subjetivo entre o abandono do genitor e possíveis distúrbios emocionais apresentados pelo menor. Não sendo os estudos conclusivos a favor do nexo, o magistrado julgará no sentido de evitar enriquecimento ilícito ou precedente que encoraje o outro genitor a utilizar deste meio como mais uma forma de vingança conjugal. Porém, se for possível provar ligação causal entre as situações, ficará obrigado a indenizar aquele que gerou o dano ao menor, afinal o juiz deverá priorizar sempre o melhor interesse da criança. (DILL; CALDERAN, 2011).

Para demonstrar que esta não é a única alternativa de solucionar o problema, importa apresentar objetivamente as duas correntes doutrinárias relacionadas ao abandono afetivo. A primeira, já citada, entende que há possibilidade de ensejar indenização por danos morais na medida em que fique comprovada a responsabilidade civil por ato ilícito omissivo por parte de um dos genitores. Já a segunda possui entendimento diverso, ou seja, argumenta no sentido de ser impossível quantificar a falta de amor e a inviável cobrança da obrigação de amar. (MACHADO, 2012).

Os defensores da impossibilidade de reparação civil por abandono afetivo respaldam sua tese no fato de que este tipo de conduta só deverá

produzir efeitos na esfera do direito de família, sendo inclusive motivo para a perda do poder familiar e conseqüente suspensão dos direitos do genitor em relação ao filho. Desta forma, evita-se tratamento pecuniário à falta de amor, já que sob o ponto de vista deste entendimento o caráter indenizatório atuaria como mera punição ao genitor que descumpriu com seu dever, de acordo com Machado (2012).

Dill e Calderan (2011) afirmam, rebatendo a corrente supracitada, que aquele que admite a possibilidade da reparação civil enxerga o pagamento de indenização por parte do genitor que abandonou moralmente o filho e descumpriu o princípio que garante a convivência familiar, como sendo dotado de caráter pedagógico. Isso quer dizer que a aplicação de sanção pecuniária poderia inibir a reiteração das práticas sociais de abandono afetivo. Não que esta seja a melhor maneira de manter o vínculo sentimental, mas atende ao interesse do menor em não se sentir abandonado.

As decisões acerca do tema são tão controversas quanto a doutrina, sendo impossível abarcar todas as fundamentações para julgar procedente ou improcedente o pedido relativo à indenização por dano moral causado por abandono afetivo. (MACHADO, 2012). Segue acórdão do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de exemplificar a tese que acolhe a responsabilidade civil (grifo nosso):

“EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. ABANDONO AFETIVO. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. POSSIBILIDADE. 1. Inexistem restrições legais à aplicação das regras concernentes à responsabilidade civil e o conseqüente dever de indenizar/compensar no Direito de Família. 2. O cuidado como valor jurídico objetivo está incorporado no ordenamento jurídico brasileiro não com essa expressão, mas com locuções e termos que manifestam suas diversas desinências, como se observa do art. 227 da CF/88. 3. **Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em se reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isso porque o *non facere*, que atinge um bem juridicamente tutelado, leia-se, o necessário dever de criação, educação e companhia - de cuidado - importa em vulneração da imposição legal, exurgindo, daí, a possibilidade de se pleitear compensação por danos morais por abandono psicológico.** 4. Apesar das inúmeras hipóteses que minimizam a possibilidade de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, existe um núcleo mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social. 5. A

caracterização do abandono afetivo, a existência de excludentes ou, ainda, fatores atenuantes - por demandarem revolvimento de matéria fática - não podem ser objeto de reavaliação na estreita via do recurso especial. 6. A alteração do valor fixado a título de compensação por danos morais é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada. 7. Recurso especial parcialmente provido.” (BRASIL, 2012)

Com efeito, demonstra-se também decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, na qual a consequência pelo descumprimento das obrigações inerentes a condição de pais é gerada na esfera familiar, não possibilitando a indenização, como elucida a ementa:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR. VIDA DESREGRADA DOS GENITORES. ABANDONO AFETIVO E MATERIAL. ATOS CONTRÁRIOS À MORAL E AOS BONS COSTUMES. DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE SUSTENTO, GUARDA E EDUCAÇÃO DAS FILHAS MENORES. ALEGAÇÃO DA GENITORA DE MUDANÇA POSITIVA EM SEU COMPORTAMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA. SITUAÇÃO DE RISCO EVIDENCIADA. PREVALÊNCIA DO INTERESSE DAS MENORES. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. Consoante o disposto no art. 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, "aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores" e segundo regra cogente insculpida no Código Civil. Assim, a negligência dos genitores, em não fornecer condições mínimas necessárias para o desenvolvimento afetivo, psicológico, moral, educacional e material dos infantes, implica no descumprimento injustificado dos direitos e obrigações acima expostos, dando azo à destituição do poder familiar, nos termos do art. 24 da Lei n. 8.069/1990 c/c artigo 1.638 do Código Civil.” (BRASIL, 2010)

### **3.3 A guarda unilateral e a Síndrome de Alienação Parental**

A Síndrome da Alienação Parental é um transtorno psicológico desenvolvido na criança por um dos genitores, normalmente aquele que detém sua guarda uniparental, contra o outro sem uma razão aparentemente justificável. É como se o detentor da guarda programasse o filho a rejeitar o ex-consorte, utilizando diferentes técnicas de atuação. (SANT’ANNA, 2012, p. 27).

A motivação do guardião para agir de tal forma varia dependendo do caso concreto, mas geralmente é a maneira que encontra de se vingar do ex-cônjuge pelo relacionamento entre ambos ter tido fim. Neste sentido, reflete



os sentimentos de mágoa, baixa autoestima, ódio e desequilíbrio emocional ao impedir a aproximação do outro genitor e, ao mesmo tempo, responsabilizá-lo perante o filho por tê-lo abandonado. Resumindo, aquele que detém a guarda cria obstáculos ao convívio do pai (gênero) com o herdeiro, mas não admite isso ao menor. Muito pelo contrário, transparece para o filho que a conduta do genitor descontínuo é o que os mantém afastados, omitindo ligações e inventando desculpas para que os dois não possam se encontrar, conforme descreve a advogada Bárbara Heliodora de Avellar Eralta Brito (2012).

A Lei nº 12.318, promulgada no ano de 2010, que dispõe sobre a Síndrome de Alienação Parental, elenca um rol em seu art. 2º exemplificando sintomas que podem auxiliar na verificação prática do fenômeno. *In verbis*:

“Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

II - dificultar o exercício da autoridade parental;

III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;

IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.” (BRASIL, 2010)

As reações expressadas pelo menor são a demonstração de afeto desmedida em relação a um dos pais e a repulsa imotivada com relação ao outro. Deve-se observar que crianças são facilmente influenciáveis e aquele que permanece mais tempo em sua companhia poderá utilizar desse privilégio para desmoralizar e afastar do filho o outro genitor, segundo Sant’anna (2012, p. 27).

Conforme o Desembargador Rui Portanova, em decisão pela Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em seu voto, demonstrou através dos relatos contidos no laudo psicológico as reações da criança com possível Síndrome de Alienação Parental. Cabe destacar que o magistrado não adotou a sugestão feita pela psicóloga, que indicou guarda compartilhada, e optou por manter a decisão de 1ª Instância, qual seja guarda unilateral em favor do genitor. Ainda assim, foi através do laudo que o julgador verificou os sintomas, como segue (grifo nosso):

“[...] Pelo que se depreende da decisão recorrida (fl. 75v.), o fundamento para deferimento da reversão de guarda foi o **relatório psicológico** das fls. 73/74, **indicando a possível existência de alienação parental pela requerida e as dificuldades enfrentadas pelo genitor para participar da formação do filho.** [...] muito embora o laudo psicológico das fls. 73/74 indique a guarda compartilhada, s.m.j., inaplicável no caso ante a situação de litígio dos genitores, **é possível verificarem-se sim indícios de alienação parental, até mesmo pela dicção do infante quando indagado pela psicóloga.** [...] Assim, tem-se que a reversão da guarda para o genitor, no presente momento processual, é medida que trará benefícios ao correto andamento do processo e possibilitará uma decisão final que contemple, livre de eventual alienação parental, o melhor interesse da criança.” (BRASIL, 2013)

Além dos sintomas mencionados, a criança também demonstra tristeza, agitação e desconforto pelo fato de estar acreditando fielmente na rejeição de um dos genitores. Porém, isso não se mostra como um bom motivo para o guardião voltar atrás na sua tentativa de desmoralizar e enfraquecer o ex adverso, afinal está tomado por um sentimento tão forte que é incapaz de perceber que o mais prejudicado com essas atitudes é o próprio filho. (BRITO, 2012).

É o que reproduz um laudo psicológico realizado para integrar o conjunto probatório de um Agravo da 6ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, cuja relatoria é da Desembargadora Vera Andrighi, que transcreveu em seu voto, no ano de 2013, o seguinte trecho (grifo nosso):

“[...] No atendimento neste Serviço, Júlia se mostrou bem cuidada quanto à higiene e apresentação pessoal. Evidenciou-se também excessiva preocupação em corresponder as expectativas de ambos os genitores quanto à guarda, o que lhe parece impossível, resultando em momentos de recusa e certo distanciamento com alguns familiares. Ela sinalizou estar muito tencionada entre expectativas divergentes que tomam o contorno de cobranças recorrentes frente a um e outro núcleo. Ambos os genitores

interpretam tudo que diz respeito a um possível sofrimento de Júlia como sendo de responsabilidade exclusiva do outro núcleo, reciprocamente. **Isso impede os pais de visualizarem com nitidez os sentimentos de Júlia, uma vez que tudo que ela venha a demonstrar ou vivenciar é interpretado em desfavor de um ou outro genitor.** Ela não sente liberdade emocional de usufruir das benesses de um ou outro genitor uma vez que a criança demonstrou elevado receio quanto a magoar ou ser mal interpretada pelos adultos que disputam sua guarda. **Ressalte-se que grande parte de sua espontaneidade está sendo tolhida nesse contexto em função dos genitores colecionarem provas recíprocas com o fim de desqualificar um e outro núcleo.** Frise-se que os pais encontram-se bastante focados nos sintomas e comportamentos apresentados por Júlia no decorrer do litígio mostrando-se incapazes de reconhecer a parcela individual de responsabilidade de tais sintomas, na interação litigiosa estabelecida entre eles. **Assim focam na criança de modo que ela se encontra sobrecarregada com uma tensão relacional culminando em sintomas psicossomáticos relevantes ligados a quadros ansiogênicos.**” (BRASIL, 2013)

Cabe fazer um adendo sobre o direito de convivência garantido ao menor, pois o mesmo não diz respeito apenas aos pais, mas sim a todo grupo familiar com que a criança está acostumada a interagir. O problema é que quando os genitores não têm estrutura emocional para compreenderem os diferentes papéis que exercem na vida dos filhos, podem estender a rejeição aos parentes do outro, dificultando o acesso entre eles e, por consequência, aumentando a dimensão da alienação parental. (Lôbo, 2008).

Cumprе evidenciar que o incentivo à alienação parental fere o direito fundamental da criança à convivência com ambos os genitores, causa dano irreparável à moral e desenvolvimento do menor, bem como não condiz com uma das principais condições para que aquele pai (gênero) detenha a guarda, a saber: promover o melhor interesse do menor. Ao atuar a fim de denegrir a imagem ou afastar o filho da convivência com o genitor descontinuo, o guardião estará desempenhando função diversa daquela esperada ao ser constituído em tal condição. (SANT’ANNA, 2012, p. 28).

Caso seja detectada a Síndrome de Alienação Parental, Sant’anna (2012, p. 28) relata que o juiz deverá intervir a fim de garantir a reaproximação do genitor afastado e permitir sua saudável convivência com o filho. Importante lembrar que essa harmonização na relação entre pai e descendente deverá ser reconstruída com todo cuidado, a fim de que não cause mais um trauma psicológico ao menor.

Porém, cabe observar que não é uma questão de fácil reconhecimento. Avaliar se o guardião está cometendo atos que favoreçam o distúrbio psicológico em questão no filho é uma atividade que só poderá ser desenvolvida por pessoa especializada em comportamentos humanos, ou seja, psicólogos e psiquiatras. (SANT'ANNA, 2012, p. 10-11).

Aliás, a possibilidade de o juiz recorrer à perícia psicológica está expressa na Lei nº 12.318/10, que regula a Síndrome de Alienação Parental, na qual o artigo 5º prevê: “Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial”. (BRASIL, 2010)

É, também, o entendimento jurisprudencial, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (grifo nosso):

**“EMENTA: AÇÃO DE GUARDA - INDÍCIOS DE ALIENAÇÃO PARENTAL - REALIZAÇÃO DE PERÍCIA - PRESERVAÇÃO DO BEM ESTAR DO MENOR. Com fulcro na Lei nº 12.318/2010, havendo nos autos indícios da ocorrência da prática de ato de ALIENAÇÃO PARENTAL, o juiz pode determinar a realização de perícia psicológica ou biopsicossocial, a fim de se aproximar da verdade real, e, assim, obter novas condições para escolher o melhor guardião para a criança.** A melhor doutrina e a atual jurisprudência, inclusive deste próprio Tribunal, estão assentadas no sentido de que, em se tratando de guarda de menor, o bem estar da criança e a sua segurança econômica e emocional devem ser a busca para a solução do litígio”. (BRASIL, 2011)

De acordo com Brito (2012) durante a realização da perícia psicológica, existe a possibilidade de o profissional solicitar que pessoas próximas ao menor sejam ouvidas a fim de que a conclusão sobre a existência ou não do fenômeno da alienação parental seja fidedigna com a realidade. Porém, é importante perceber que esses sujeitos que formam o contexto social da criança devem ter conhecimento da história sob as perspectivas tanto do alienante quanto do alienado; afinal, o guardião conta a história denegrindo a imagem do outro genitor como se verdade fosse e é capaz de induzir as pessoas a acreditarem que determinado fato é real.

Caso, após a produção das provas, em especial a perícia psicológica, reste configurada a conduta do guardião em promover a Síndrome da

Alienação Parental, o juiz analisará a gravidade do caso e adotará uma das medidas elencadas na lei específica, referente à alienação parental. As sanções determinadas no art. 6º da Lei nº 12.318/10 poderão ser aplicadas de forma cumulativa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal (SANT'ANNA, 2012, p. 24), conforme prescrito abaixo:

“Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - estipular multa ao alienador;
- IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII - declarar a suspensão da autoridade parental.” (BRASIL, 2010)

### **3.4 As possíveis relações entre a Síndrome da Alienação Parental e o abuso sexual de menor**

A fim de prejudicar e causar ainda mais sofrimento ao ex-cônjuge, o guardião pode chegar ao extremo de denunciá-lo infundadamente pela prática de abuso sexual contra o menor, segundo Brito (2012). Desta forma, o alienante busca interromper imediatamente a convivência entre genitor(a) e filhos, ao introduzir na criança, com histórias contadas de forma insistente e repetitiva, falsas impressões de que aquele abuso realmente ocorreu, como aparece nesta ação abaixo relatada (grifo nosso):

“EMENTA: DIREITO DE FAMÍLIA. DIREITO DE VISITA. REGULAMENTAÇÃO. INACOLHIMENTO DE TUTELA ANTECIPATÓRIA COLIMANDO A SUSPENSÃO OU ALTERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE VISITAÇÃO PELO GENITOR. QUESTÕES JÁ APRECIADAS PELA CÂMARA EM IDÊNTICA DEMANDA ENVOLVENDO AS MESMAS PARTES. AUSÊNCIA DE FATO NOVO RELEVANTE. **NÃO COMPROVAÇÃO DOS ALEGADOS TRANSTORNOS EMOCIONAIS OCASIONADOS À CRIANÇA QUANTO DAS VISITAS AO PAI DA MENINA ÀS VÉSPERAS DE COMPLETAR 6 (SEIS) ANOS DE IDADE.** GENITORA, ORA AGRAVANTE, DIAGNOSTICADA COM IMPORTANTE DISTÚRPIO DE PERSONALIDADE. **PROVÁVEL TENTATIVA DE ALIENAÇÃO PARENTAL.** ESTUDO SOCIAL DEMONSTRANDO A BOA E SAUDÁVEL CONVIVÊNCIA ENTRE PAI E FILHA, ESSENCIAL À

CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DOS LAÇOS AFETIVOS FAMILIARES. RESPEITO AO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL AOS INTERESSES DA CRIANÇA. INTELECÇÃO DO ART. 227, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E ART. 1º DO ECA. DECISÓRIO ACERTADO. RECURSO DESPROVIDO. Revela-se sobremodo inviável a alteração do exercício do direito de visita atribuído ao pai quando evidenciado que a mãe da criança, portadora de relevante distúrbio de personalidade, e, por isso mesmo, utilizando-se reiterada e indevidamente do Judiciário, pretende impedir, por meios claramente artificiosos e por isso mesmo não passíveis de acolhimento, a salutar convivência entre o genitor e a infante. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n. 2012.090567-3, da comarca de Santa Rosa do Sul (Vara Única), em que é agravante C. G. e outro, e agravado S. V. A Quarta Câmara de Direito Civil decidiu, por votação unânime, conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Custas legais.” (BRASIL, 2013)

Caso a possibilidade de abuso sexual seja suscitada pelo guardião como forma de promover a alienação parental, utilizando-se da morosidade da justiça e do princípio da proteção integral que deverá ser observado pelo juiz, poderá ter como consequência a perda da guarda. Na verdade, até a apuração dos fatos, o objetivo já terá sido alcançado, visto que existe a possibilidade de o magistrado determinar a mitigação do direito à visita, visando o melhor interesse do menor. (BRITO, 2012).

A decisão monocrática do Desembargador. Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, da Sétima Câmara Cível da Comarca de Campo Bom/Rio Grande do Sul, que também utiliza o laudo psicológico para sua decisão, demonstra que não permitiu que a mãe utilizasse o Poder Judiciário para prejudicar o “ex adverso”, como informa o seguinte trecho (grifo nosso):

“DIREITO DE VISITAS. PAI. ACUSAÇÃO DE ABUSO SEXUAL. PEDIDO DESUSPENSÃO. SUSPEITA DE ALIENAÇÃO PARENTAL. INTENSA BELIGERÂNCIA. PEDIDO DE AMPLIAÇÃO PARA CONTEMPLAR DATAS ESPECIAIS. 1. Como decorrência do poder familiar, o pai não-guardião tem o direito de conviver com a filha, acompanhando-lhe a educação, de forma a estabelecer com ela um vínculo afetivo saudável. 2. **A criança está vitimizada, no centro de um conflito quase insano, onde a mãe acusa o pai de abuso sexual, e este acusa a mãe de promover alienação parental, devendo os fatos serem esclarecidos ao longo da fase cognitiva.** 3. As visitas estão estabelecidas e ficam mantidas devendo assim permanecer até que venham aos autos elementos de convicção que justifiquem a revisão. 4. Descabe a pretendida ampliação do sistema de visitação, pois o horário fixado na decisão recorrida mostra-se bastante razoável e permite o contato saudável entre o genitor e a criança, levando em conta a tenra idade desta. 5. A intensa beligerância desaconselha, nesse momento, modificações. Recurso desprovido.” (BRASIL, 2012)

Brito (2012) salienta que a criança, mais uma vez, será a maior prejudicada. Já não basta ter sofrido o trauma da dissolução familiar em que ficou inserida num ambiente hostil, bem como ter arcado com as consequências da alienação parental, acreditando indevidamente na hipótese de ter sido abandonada por um dos genitores, ainda terá que se submeter a estudo psicológico a fim de verificar se a denuncia de abuso sexual tem fundamento real ou imaginário.

Em relação à realização da perícia psicológica, ao determiná-la, Silva (2003c, p. 3-6) comenta que o juiz buscará obter conhecimentos subjetivos, que fogem da sua linha de atuação e não estão, num primeiro momento, disponíveis nos autos. Se dela resultar laudo conclusivo, terá base para decidir o conflito da melhor forma e da maneira mais justa, a fim de que a situação familiar obtenha novo rumo e se normalize.

Decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul ilustra conclusão de laudo psicológico no que se refere a caso de denuncia de abuso sexual, como segue:

“EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUSPENSÃO DE VISITAS. NÃO CABIMENTO. AUSÊNCIA DE PROVA OU INDÍCIO DE ABUSO SEXUAL DO PAI. Mantido direito e dever de visita do pai a suas duas filhas. Alegação materna de abuso que não se confirmou em dois laudos de médicos psiquiatras isentos. Temor de alienação parental, referida em laudo, que projeta a necessidade de manutenção, das visitas. Sugestão pericial no sentido de que as visitas devem ser retomadas. DERAM PARCIAL PROVIMENTO.” (BRASIL, 2010)

Porém, Granjeiro e Costa (2008) reconhecem que existem processos mais complexos, em que o genitor descontínuo, aquele que não detém a guarda, é acusado de ter abusado efetivamente ou ter praticado violência de fato em relação ao filho. É de se assegurar, com efeito, que a violência intrafamiliar sempre existiu na sociedade, mas sua procura por ajuda externa/social só passou a ocorrer em tempos mais recentes. Antigamente, se entendia que o poder patriarcal era aquele que decidia as questões no âmbito privado. Na atualidade, com o reconhecimento dos direitos,

principalmente das mulheres e das crianças, essa mentalidade mudou e a busca por justiça fora dos limites familiares tem se mostrado em evidência.

Segundo Silva (2003c, p. 3) descreve que esta é uma típica situação em que o exame pericial psicológico é praticamente indispensável, visto que o juiz não tem conhecimento técnico para desvendar questões relevantes e a alçada jurídica não é capaz de resolver esse tipo de processo baseado apenas na letra fria da lei.

Em causas relativas a abuso sexual, o psicólogo desenvolverá seu ofício de duas maneiras. A primeira é buscar entender a criança e a sua família, além do contexto em que as relações intrafamiliares se desenvolvem, a fim de promover auxílio e possibilitar mudanças quanto a situação criminosa. Enquanto o outro papel se destina a visão jurídica propriamente dita, ou seja, de investigar os fatos e apontar possíveis soluções. (GRANJEIRO; COSTA, 2008).

Cabe ao psicólogo, conforme Granjeiro e Costa (2008), na sua atuação jurídica, conduzir a perícia a fim de desvendar a veracidade do abuso sexual. A verificação da necessidade deste estudo, na verdade, é uma prerrogativa do juiz, que o solicitará caso não haja provas suficientes no processo capaz de formar sua convicção. Concluído, será elaborado um laudo conclusivo que confirmará se o fato aconteceu.

A conclusão psicológica deverá se prestar a finalidade a que se propõe, ou seja, auxiliar o juiz na sua tomada de decisão. Afinal, a perícia busca indícios dos quais o magistrado não tem acesso pelo pouco contato que mantém com as partes. Especificamente nesse tipo de ação, o laudo deverá demonstrar em qual tipo de dinâmica social as crianças envolvidas em casos de abuso sexual estão inseridas e qual solução é a mais indicada para promover seu melhor interesse. Sendo assim, o psicólogo pode ser visto enquanto titular do encargo de elaborar o laudo como um advogado do menor, consoante com Granjeiro e Costa (2008).

Nessas situações em que as pessoas procuram a tutela jurisdicional como meio de proteção, o juiz terá que encontrar um equilíbrio entre a



legalidade e o princípio do melhor interesse do menor. Então, a probabilidade é de que a decisão seja referente a visitas supervisionadas, ou seja, as visitas serão acompanhadas por membro familiar ou do próprio Tribunal a fim de não colocar a criança em risco e não cercear o direito de o genitor descontínuo conviver com a prole. (GRANJEIRO; COSTA, 2008).

É o que prevê a própria Lei que regula a alienação parental, no seu artigo 4º. O texto legal trata basicamente da importância em não romper o vínculo do menor com o alienado, visto que pode lhe gerar prejuízos psicológicos irreparáveis. No entanto, não deve ser assegurado o direito à visita assistida quando existem fortes indícios de risco iminente à integridade física ou psíquica da criança. (BRITO, 2012).

## CONCLUSÃO

Quando o juiz entende necessária a produção de prova pericial por meio de perícia psicológica, deverá ser conduzida por profissional capaz de atuar em determinado caso concreto. Este meio probatório é importante porque remete ao juiz questões subjetivas e interesses ocultos das partes envolvidas em um litígio e tem como objetivo elucidar os motivos que geraram o conflito levado ao âmbito judicial, bem como encontrar possibilidades de soluções para a lide.

O psicólogo jurídico coletará dados específicos a fim de responder os quesitos constantes do processo judicial e elaborará laudo pericial demonstrando suas conclusões para o juiz, a fim de auxiliá-lo na sua tomada de decisão. Importante ressaltar que o psicólogo perito não irá resolver a causa, mas apenas fornecer elementos que poderão convencer o juiz a decidir o caso concreto específico de determinada forma.

O magistrado buscará a verdade real dos fatos para resolver a lide, porém deverá basear-se apenas nas provas constantes dos autos para formar sua convicção. Ao analisar o conjunto probatório, o julgador irá relacionar as provas entre si e decidirá qual a forma mais coerente de substituir a vontade das partes. Após definir como irá julgar, deverá fundamentar a sentença.

Neste sentido, o juiz está amparado pelo princípio do livre convencimento motivado, ou seja, não está adstrito a nenhum meio específico de prova. Poderá valorar o conjunto probatório da maneira que lhe convier, porém deverá justificar os motivos pelos quais acolheu determinadas provas ao auxiliarem-no a tomar sua decisão e o porquê de ter rejeitado outros meios de provas. Sendo assim, proferirá uma sentença com a finalidade de resolver o conflito, por fim ao processo e atender as expectativas das partes.

Fica claro, então, que o magistrado poderá acatar a conclusão do laudo psicológico ou não, dependendo da valoração que dará a esse meio

probatório ao ser relacionado com as outras provas do processo. Contudo, cabe ressaltar que o juiz deverá atuar de acordo com seu conhecimento técnico-jurídico, mas também desempenhar sua função social de atender os sujeitos envolvidos no litígio de forma que o conflito fique resolvido.

A sociedade passou por transformações que refletiram nas demandas judiciais, especialmente no que diz respeito ao conceito de família. O pátrio poder foi substituído pelo poder familiar e os direitos das mulheres e das crianças passaram a ser valorizados. Com dinâmicas familiares diversificadas, o Poder Judiciário acabou sendo ainda mais demandado e as complexidades das causas demonstraram que a aplicação fria da lei não resolveria o conflito de vez.

Neste contexto, as relações conjugais são desfeitas e essa separação gera desgastes. Quando o casal possui filhos, a garantia de convivência entre os genitores e os mesmos se mantém. Porém, se os pais não conseguem chegar a um consenso sobre o futuro dos menores, ajuízam ação de guarda. Independentemente de a sentença ser em favor do pai ou da mãe e proferir a decisão pela modalidade de guarda compartilhada, alternada ou unilateral, o que o magistrado deverá levar em consideração é o princípio melhor interesse da criança.

É exatamente para buscar qual decisão atenderá melhor ao princípio supracitado que a perícia psicológica é utilizada nesse caso. Por meio do laudo psicológico, o juiz poderá avaliar se houve lesão emocional por abandono afetivo e se essa questão gera indenização por dano moral. Da mesma forma, é através da conclusão do psicólogo que o magistrado poderá identificar sintomas da Síndrome de Alienação Parental e tomar as medidas cabíveis para cessá-la, inclusive verificar se o abuso sexual alegado por um dos genitores com relação à criança tem fundamento ou não. Nesses casos, o juiz deverá ponderar os princípios e normas aplicáveis e decidir com base naquilo que acredita ser o melhor para o menor.

Por fim, após a utilização de inúmeros meios bibliográficos e pesquisa jurisprudencial sobre o tema proposto, restou claro que se o laudo

psicológico conseguir responder os quesitos de maneira satisfatória e levar questões relevantes ao conhecimento do magistrado, este será valorado de maneira especial. Como foi dito no corpo do texto, mais de uma vez, o juiz é livre para decidir conforme sua convicção, desde que fundamente sua decisão e não está adstrito aos laudos psicológicos. Porém, o que pode ser percebido ao analisar as decisões judiciais é que, mesmo não acatando a sugestão do perito em uma possível indicação de como deve resolver o caso concreto, o magistrado retira informações do mesmo para formar sua decisão. Sendo assim, resta provado que os pareceres psicológicos influenciam as decisões judiciais.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Leonardo Barreto Moreira. **A guarda compartilhada e a Lei nº 11.698/2008**. Teresina: Jus Navegandi, abr. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/12592/a-guarda-compartilhada-e-a-lei-no-11-698-08>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

BORGES, Marcos Afonso. **Princípios de direito processual civil e agrário**. 2ª ed. revisada e ampliada. Goiânia: AB, 1999.

BRASIL. Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990. Edição n. 135, Seção 1, p. 1-15.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1988.

BRASIL. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, de 17 de janeiro de 1973, seção 1.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Novo Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jan. 2002. Edição n. 8, Seção 1, p. 1-74.

BRASIL. Lei n. 12.318, de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 ago.2010. Edição n. 165, Seção 1, p. 3.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. Civil e processual civil. Família. Abandono afetivo. Compensação por dano moral. Possibilidade. **Recurso Especial n. 1.159.242-SP (2009/0193701-9)**. Terceira Turma, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Recorrente: Antônio Carlos Jamas dos Santos . Recorrido: Luciane Nunes de Oliveira Souza. Relatora: Ministra Nancy Andrighi. Minas Gerais: 10 de maio de 2012. RDDP vol. 112 p. 137. RSTJ vol. 226 p. 435. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200901937019&dt\\_publicacao=10/05/2012](https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200901937019&dt_publicacao=10/05/2012)>. Acesso em: 22 ago. 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Ação de guarda. Indícios de alienação parental. Realização de perícia. Preservação do bem estar do menor. **Agravo de Instrumento Cível n. 1.0024.09.644906-1/003**, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Recurso provido. Segredo de Justiça. Decisão: Deram provimento. Agravante(s): J.E.B.J. Agravado(a)(s): E.A.B.B. Relator: Des. Eduardo Andrade. Belo Horizonte, 13 de maio de

2011. Disponível em:  
<http://www.ibdfam.org.br/jurisprudencia/1205/A%C3%A7%C3%A3o%20de%20guarda.%20Ind%C3%ADcios%20de%20aliena%C3%A7%C3%A3o%20parental.%20Realiza%C3%A7%C3%A3o%20de%20per%C3%ADcia>. Acesso em: 26 set. 2013.

BRASIL. Superior Tribunal Justiça. Previdenciário. Servente de pedreiro. Perda parcial da visão em olho direito. Laudo que atestou inexistência de incapacidade. Juiz não adstrito ao laudo pericial. Nexos de causalidade evidenciado. Maior esforço na execução do trabalho atual. Aplicação, ademais, do princípio de que a dúvida resolve-se em favor do hipossuficiente (*in dubio pro misero*). Pressupostos para concessão de benefício, contudo, o auxílio-supl. Acidente ocorrido na égide da lei n.º 6.367/76. Correção monetária e juros de mora. Aplicação da legislação previdenciária até a vigência da lei n.º 11.960/2009, a partir da qual deverá ser aplicada a redação atual do art. 1º-f da lei n.º 9.494/97. Fixação de honorários advocatícios. Custas devidas pela metade. Precedentes. Apelação Cível n. AC: 645063 SC 2010.064506-3. Recurso provido. Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Apelante: Wilson Alexandre de Carli. Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Relator: Ricardo Roesler. Data de Julgamento: 31/08/2011. Publicado DJE em 09/08/2011. Alteração de guarda do filho do casal. **Agravo de Instrumento n. 70055284954**, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Segredo de Justiça. Súmula: Negaram provimento. Agravante(s): M.C.B. Agravado(a)(s): J.C.G.G. Relator: Des. Rui Portanova. Bom Jesus: 26 ago. 2013. Disponível em:  
<http://www.ibdfam.org.br/jurisprudencia/1800/Agravo%20de%20Instrumento.%20Alter%C3%A7%C3%A3o%20de%20guarda%20do%20filho%20do%20casal.%20Aliena%C3%A7%C3%A3o%20parental>. Acesso em: 23 set. 2013.

BRASIL. Superior Tribunal Justiça. Direito civil. Direito de família. Paternidade Socioafetiva. **EIC 93883320068070005 DF 0009388-33.2006.807.0005**. Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Relator: Cruz Macedo. Data do Julgamento: 09/02/2009. Publicação: 23/04/2009, DJ-e Pág. 44. Disponível em: <http://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5872882/eic-eic-93883320068070005-df-0009388-3320068070005>. Acesso em: 1º out. 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Agravo de Instrumento. Suspensão de visitas. Não cabimento. Ausência de prova ou indício de abuso sexual do pai. **Agravo de Instrumento n. 70035436492**, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Segredo de Justiça. Súmula: Deram parcial provimento. Agravante(s): C.S.G. Agravado(a)(s): M.A.S. Relator: Des. Rui Portanova. Julgado em 19 jun. 2013. Porto Alegre: 2 de julho de 2013, p. 111. Disponível em:  
<http://www.ibdfam.org.br/jurisprudencia/1704/Agravo%20de%20Instrumento.%20Guarda.%20Lar%20refer%C3%A2ncia>. Acesso em: 1º out. 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Apelação. Alteração de guarda. Regulamentação de visitas. Genitores. Bem-estar do menor. **Apelação Cível**

**20100111809410APC.** Sexta Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Segredo de Justiça. Decisão: Desprovido. Unânime. Apelante(s): T.A.A. Apelado(a)(s): J. A. P. P. Relatora: Des. Vera Andrichi. Data de julgamento: 18/09/2013. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/jurisprudencia/1943/Apela%C3%A7%C3%A3o.%20Altera%C3%A7%C3%A3o%20de%20guarda.%20Regulamenta%C3%A7%C3%A3o%20de%20visitas.%20Genitores.%20Bem%20estar%20do%20menor>>. Acesso em: 1º out. 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Apelação. Agravo de instrumento. Guarda. Lar de referência. Visitação. **Agravo de Instrumento: AGI 20130020003789 DF 20130020003789AGI.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Relatora: Des. Vera Andrichi, Data de julgamento: 19/06/2013. Data de publicação: DJE: 02/07/2013. Pág.: 111. Disponível em: <<http://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23773910/agravo-de-instrumento-agi-20130020003789-df-20130020003789agi-tjdf>>. Acesso em: 1º out. 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Direito de família. Direito de visita. Regulamentação. Inacolhimento de tutela antecipatória colimando a suspensão ou alteração do exercício de visitação pelo genitor. Questões já apreciadas pela câmara em idêntica demanda envolvendo as mesmas partes. Ausência de fato novo relevante. Não comprovação dos alegados transtornos emocionais ocasionados à criança quanto das visitas ao pai da menina às vésperas de completar 6 (seis) anos de idade. Genitora, ora agravante, diagnosticada com importante distúrbio de personalidade. Provável tentativa de alienação parental. Estudo social demonstrando a boa e saudável convivência entre pai e filha, essencial à construção e manutenção dos laços afetivos familiares. Respeito ao princípio da proteção integral aos interesses da criança. Intellecção do art. 227, caput, da constituição da república e art. 1º do ECA. Decisório acertado. Recurso desprovido. **Agravo de Instrumento n. 2012.090567-3.** Relator: Des. Eládio Torret Rocha. Data do Julgamento: 26/09/2013. Quarta Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/jurisprudencia/1966/Direito%20de%20Fam%C3%ADlia.%20Conviv%C3%A2ncia%20familiar%20paterna.%20Ind%C3%ADcios%20da%20pr%C3%A1tica%20de%20aliena%C3%A7%C3%A3o%20parental%20da%20genitora%3E.%20Acesso%20em:%2019%20set.%202013>>. Acesso em: 1º out. 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Direito de visitas. Pai. Acusação de abuso sexual. Pedido de Suspensão. Suspeita de alienação parental. Intensa beligerância. Pedido de ampliação para contemplar datas especiais. **Agravo de Instrumento n. 70052347887,** Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Segredo de Justiça. Recurso: Desprovido. Agravante(s): P.C.S. Agravado(a)(s): G.O.L. Relator: Des. Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves. Campo Bom: 6 dez. 2012. Disponível em: <[http://www.tjrs.jus.br/busca/?q=70052347887&tb=jurisnova&pesq=ementario&partialfields=%28TipoDecisao%3Aac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o|TipoDecisao%3Amonocr%25C3%25A1tica|TipoDecisao%3Anull%29&requiredfields=&as\\_q=>](http://www.tjrs.jus.br/busca/?q=70052347887&tb=jurisnova&pesq=ementario&partialfields=%28TipoDecisao%3Aac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o|TipoDecisao%3Amonocr%25C3%25A1tica|TipoDecisao%3Anull%29&requiredfields=&as_q=>)>. Acesso em: 28 set. 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Apelação cível. Destituição de poder familiar. Abandono da criança pela mãe biológica. Adoção por casal do mesmo sexo que vive em união estável. Melhor interesse da criança. Registro de nascimento. Recurso conhecido e provido. **Apelação Cível n. 1.0470.08.047254-6/001**. Segredo de Justiça Comarca de Paracatu, apelante(s): E.B.D. e outro(a)(s) - apelado(a)(s): L.R.P. repdo(a) p/curador(a) especial J.J.N. Relator: Exmo. Sr. Des. Bitencourt Marcondes. Data de Julgamento: 7 out. 2013. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/jurisprudencia/1952/Ado%C3%A7%C3%A3o%20por%20casal%20homoafetivo.%20Melhor%20interesse%20da%20crian%C3%A7a.%20Registro%20de%20nascimento>>. Acesso em 2 out. 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Família e processual civil. Agravo de instrumento. Antecipação de tutela. Guarda compartilhada. Fixação de alimentos. Razoabilidade. Interesse do menor. Prevalência. Decisão mantida. **Agravo de Instrumento n. 20110020127715AGI**, Quinta Turma Cível, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Segredo de Justiça. Decisão: Desprovido. Agravante(s): R. A. B. Agravado(a)(s): D. D. S. Relator: Des. Ângelo Passareli. Brasília: DJE 2 dez. 2011, p. 168. Disponível em: <http://dasfamilias.wordpress.com/2012/01/11/familia-e-processual-civil-agravo-de-instrumento-antecipacao-de-tutela-guarda-compartilhada/>. Acesso em: 28 set. 2013.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado Santa Catarina. Apelação cível. Ação de destituição do poder familiar. Vida desregrada dos genitores. Abandono afetivo e material. Atos contrários à moral e aos bons costumes. Descumprimento do dever de sustento, guarda e educação das filhas menores. Alegação da genitora de mudança positiva em seu comportamento. Ausência de prova. Situação de risco evidenciada. Prevalência do interesse das menores. Sentença mantida. Recurso desprovido. **Apelação Cível: AC 357065 SC 2010.035706-5**, Terceira Vara Cível da Comarca de Araranguá. Relator: Joel Figueira Júnior. Julgado em 22 set. 2010. Disponível em: <<http://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18466288/apelacao-civel-ac-357065-sc-2010035706-5/inteiro-teor-18466289>>. Acesso em: 4 out. 2013.

BRITO, Barbara Heliadora de Avellar Eralta. **Alienação Parental**: um abuso que não pode ser tolerado pela sociedade. São Paulo: Síntese, 8 out. 2012. Disponível em: <[http://www.sintese.com/doutrina\\_integra.asp?id=1232](http://www.sintese.com/doutrina_integra.asp?id=1232)>. Acesso em: 2 out. 2013.

COIMBRA, José César. **Psicologia ciência e profissão: algumas considerações sobre o parecer psicológico na justiça da infância e da juventude**. Rio de Janeiro, 2004, v. 24, n. 2, p. 2-13. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932004000200002&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932004000200002&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em: 30 jul. 2013.



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução n. 10, de 21 de julho de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 jul. 2005. Edição n. 145, Seção 1, p. 92.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução n. 17, de 29 de outubro de 2012. Dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito nos diversos contextos dos psicólogos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 dez. 2012. Edição n. 250, Seção 1, p. 191.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil**. Enviada em 17 de outubro de 1992 ao Ministério do Trabalho e Emprego para integrar o Catálogo Brasileiro de Ocupações. Disponível em: <[http://site.cfp.org.br/leis\\_e\\_normas/atribuies-profissionais-do-psicologo-no-brasil/](http://site.cfp.org.br/leis_e_normas/atribuies-profissionais-do-psicologo-no-brasil/)>. Acesso em: 25 ago. 2013.

COSTA, L. F. et al. **As competências da psicologia jurídica na avaliação psicossocial de famílias em conflito**. Brasília: Psicologia & Sociedade. 2009, v. 21, n.2, p. 233-241. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a10.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2013

DEUS, Enézio de. **Nova lei da adoção e homoafetividade**. 2009. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/533/Nova+Lei+da+Ado%C3%A7%C3%A3o+e+Homoafetividade>>. Acesso em: 24 set. 2013.

DILL, Michele Amaral; CALDERAN, Thanabi Bellenzier. **A importância do papel dos pais no desenvolvimento dos filhos e a responsabilidade civil por abandono**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/703/A+import%C3%A2ncia+do+papel+dos+pais+no+desenvolvimento+dos+filhos+e+a+responsabilidade+civil+por+abandono+>>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

DINIZ, Maria Aparecida Silva Matias. **Adoção por pares homoafetivos: Uma Tendência da Nova Família Brasileira**. Instituto Brasileiro de Direito de Família, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=472>>. Acesso em: 19 maio 2012.

DIREITO, Carlos Alberto Menezes. **A decisão judicial**. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15503-15504-1-PB.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2013.

EVANGELISTA, Roberto. **Algumas considerações sobre perícias judiciais no âmbito cível**. São Paulo: Revista IMESC, 2000, n. 2, p. 51-57. Disponível em: <<http://www.imesc.sp.gov.br/pdf/art3rev2.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

GOLDRAJCH, Danielle. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Terapias Cognitivas. **Treinamento em habilidades com genitores em situação de guarda compartilhada**, jun. 2005, v.1, n.1. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872005000100013](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872005000100013)>. Acesso em: 22 ago. 2013.

GRANJEIRO, Ivonete Araújo carvalho Lima; COSTA, Liana Fortunato. **O estudo psicossocial forense como subsídio para a decisão judicial na situação de abuso sexual**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2008, v. 24, n. 2. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722008000200005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722008000200005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 21 ago. 2013.

LÔBO, Paulo. **Guarda e convivência dos filhos após a Lei n. 11.698/2008**. Disponível em: <<http://saiddias.com.br/imagens/artigos/15.pdf>>. Acesso em: 17 set.2013.

MACHADO, Gabriela Soares Linhares. **Análise doutrinária e jurisprudencial acerca do abandono afetivo na filiação e sua reparação**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/artigos/861/An%C3%A1lise+doutrin%C3%A1ria+e+jurisprudencial+acerca+do+abandono+afetivo+na+filia%C3%A7%C3%A3o+e+sua+repara%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

MACIEL, Saidy Karolin. **Perícia psicológica e resolução de conflitos familiares**. Florianópolis, 2002. p. 1 a 106. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PPSI0080.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Curso de Processo Civil: Processo de conhecimento**. 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, v. 2.

MENDES, Regina Lucia Teixeira. **Verdade real e livre convencimento: o processo decisório judicial brasileiro visto de uma perspectiva empírica**. Rio de Janeiro: Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, JUL/AGO/SET 2012, v. 5, n. 3, p. 447-482. Disponível em: <<http://www.revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-5-3-Art4.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2013.

NETO, Francisco Messias. **Aspectos pontuais da guarda compartilhada**. Rio de Janeiro: Revista da EMERJ, 2009, v. 12, n. 47, p. 131-156. Disponível em: <[http://www.emerj.rj.gov.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista47/Revista47\\_131.pdf](http://www.emerj.rj.gov.br/revistaemerj_online/edicoes/revista47/Revista47_131.pdf)>. Acesso em: 31 ago. 2013.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Álvaro de. **Poderes do juiz e visão cooperativa do processo I**. Academia Brasileira de Direito Processual Civil, 2010. Disponível em: <[http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20A%20de%20Oliveira%20\(8\)%20-formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20A%20de%20Oliveira%20(8)%20-formatado.pdf)>. Acesso em: 27 set. 2013.

PENNA, Paula Dias M. **A perícia psicológica e o Direito de Família**. 2011. Disponível em: <[http://www.ibdfam.org.br/\\_img/artigos/A%20per%C3%ADcia%20psicol%C3%B3gica%20e%20o%20Direito%20de%20Fam%C3%ADlia.pdf](http://www.ibdfam.org.br/_img/artigos/A%20per%C3%ADcia%20psicol%C3%B3gica%20e%20o%20Direito%20de%20Fam%C3%ADlia.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2013.

REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DE SERGIPE. **Decisão judicial e a questão de gênero**: análise do discurso. Aracaju: Nossa Gráfica, 2010, Semestral, n. 14. Disponível em: <<http://www.diario.tjse.jus.br/revistaesemese/revistas/14.pdf#page=43>>. Acesso em: 12 set. 2013.

SANT'ANNA, Adelaide Cristina de Souza. **Uma visão crítica acerca do instituto da guarda compartilhada**. Barbacena: Fundação Presidente Antônio Carlos, 27 dez. 2012, p. 1-45. Disponível em: <[http://www.unipac.br/bb/bb\\_tcc\\_res.php?id=283](http://www.unipac.br/bb/bb_tcc_res.php?id=283)>. Acesso em: 22 set. 2013.

SANTOS, Márcia Regina Ribeiro dos; COSTA, Liana Fortunato. **O tempo na trajetória das famílias que buscam a justiça**. Revista do Departamento de Psicologia - UFF, Jan./Jun. 2007, v. 19, n. 1, p. 111-126. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8039/1/ARTIGO\\_TempoTrajetoriaFamílias.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/8039/1/ARTIGO_TempoTrajetoriaFamílias.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2013.

SANTOS, Paulo Sergio Puerta dos. **Manual de prática processual civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

SENE, Jaqueline Santa Brígida. **O Juiz e a Sombra**: uma análise dos fatores extraleais que influenciam a atuação judicial a partir da psicologia analítica. In: XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, p. 3132 – 3151, 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: CONPEDI, 2009. Disponível em: <[http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao\\_paulo/2515.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/2515.pdf)>. Acesso em: 11 set. 2013.

SILVA, Denise Maria Perissini da. **Aplicação da psicologia nas questões judiciais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003a. Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/direito/aplicacao-da-psicologia-nas-questoes-judiciais>>. Acesso em: 23 set. 2013.

SILVA, Denise Maria Perissini da. **A Espada de Salomão**: a disputa de guarda de filhos na dissolução conjugal. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003b. Disponível em: <<http://psicologiajuridica.org/psj90.html>>. Acesso em: 18 nov. 2012, às 18h10.

SILVA, Denise Maria Perissini da. **Famílias reconstruídas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. Disponível em: <<http://psicologiajuridica.org/psj270.html>>. Acesso em: 18 nov. 2012, às 17h57.

SILVA, Denise Maria Perissini da. **Psicologia jurídica no processo civil brasileiro**: a interface da psicologia com direitos nas questões de família e infância. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003c. p. 1-94.

VECHIATO JR, Walter. **Curso de Processo Civil**: processo do conhecimento. 1. ed. São Paulo: J. de Oliveira, 2002, vol. 1.

VILAS-BÔAS, Renata Malta. **Compreendendo a criança como sujeito de direito**: a evolução histórica de um pensamento. Rio Grande, RS: Revista âmbito Jurídico. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11583](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11583)>. Acesso em: 11 ago. 2013.

ZOCHIO, Marcelo Ferreira; SANCHEZ, Pedro Luís Próspero. **O livre convencimento do juiz: Até que ponto é livre?** Rio Grande, RS, 2008. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=6696](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6696)>. Acesso em: 26 ago. 2013.